



República de Moçambique

Ministério de Transportes e Comunicação

**Projecto de Aceleração Digital de Moçambique –
P176459**

**PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES
INTERESSADAS E AFECTADAS – PEPI**

Abril 2022

ÍNDICE	
LISTA DE TABELAS	II
LISTA DE FIGURAS	II
ABREVIATURAS	III
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Descrição do Projecto	1
1.1.1. Objectivo do projecto e Resultados Intermediários	1
1.1.2. Componentes do projecto	2
1.1.3. Áreas abrangidas pelo Projecto	5
1.2. Propósito e objectivo do PEPI	5
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL E NORMA AMBIENTAL E SOCIAL 10	6
2.1. Legislação Nacional	6
2.2. NAS10 do Banco Mundial	7
3. ACTIVIDADES PRÉVIAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	7
4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	8
4.1. Identificação e Análise de Partes Interessadas e Afectadas	8
5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	17
5.1. Princípios fundamentais do programa	17
5.2. Estratégia de Engajamento e divulgação de informação do Projecto	18
5.3. Estratégia Proposta para Incorporar a Visão dos Grupos Vulneráveis	24
5.4. Plano das consultas das PIAs do Projecto	24
5.5. Aprendizagem e <i>Feedback</i> /Retomo	27
5.6. Fases futuras do projecto	27
6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI	28
6.1. Gestão de funções e responsabilidades	28
6.2. Capacidade Institucional e Recursos Humanos	30
6.3. Recursos Financeiros	30
7. MECANISMOS DE GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES	32
7.1. Processo de Queixas e Reclamações	32
7.1.1. Gestão de queixas e reclamações a nível comunitário	33
7.1.2. Gestão de queixas e reclamações a nível de Projecto	33
7.1.3. Gestão de queixas a nível judicial	35
7.1.4. Queixas relacionadas à violência baseada no género (VBG)	35
7.1.5. Queixas relacionadas às relações Laborais	35
8. MONITORIA E RELATÓRIOS	35
8.1. Envolvimento das Partes Interessadas em Actividades de Monitoria	36
8.2. Retorno da comunicação às Partes Interessadas	37
9. ANEXOS	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento	2
Tabela 2: Partes Interessadas e Afectadas divididas por Categoria em cada Componente	11
Tabela 3: Necessidades das Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto e estratégia de engajamento.....	20
Tabela 4: Proposta do Plano para consulta das PIAs no Projecto	25
Tabela 5: Orçamento Proposto para implementação do PEPI.....	31
Tabela 6: Indicadores de monitoria.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cobertura em 3G e 4G.....	5
Figura 2: Arranjos Institucionais do Projecto.....	29
Figura 3: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações.....	34

ABREVIATURAS

Abreviatura	Significado
A&S	Ambiental e Social
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AGL	Autoridades Governamentais Locais
AT	Assistência Técnica
BM	Banco Mundial
CERT-MZ	<i>Mozambican Computer Emergency Response Team</i> / Equipa de Resposta de Emergência Informática de Moçambique
COVID-19	Coronavírus
COS	Centro de Operações de Segurança
CP	Consultas Públicas
CGP	Comité de Gestão do Projecto
CT	Comités Técnicos
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
EDGE	<i>Mozambique Digital Governance & Economy Project</i> / Projecto de Governação e Economia Digital de Moçambique
EDM	Electricidade de Moçambique
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
EPP	Estrutura de Parceria do País
FSAU	Fundo de Serviço de Acesso Universal
GdM	Governo de Moçambique
GF	Gestão Financeira
GovNet	<i>Network</i> do Governo
INAGE	Instituto Nacional do Governo Electronico
INCS	Instituto Nacional de Comunicação Social
INTIC	Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação
IPEME	Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas
MCTES	Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional
MDAs	Ministérios, Departamentos e Agências
MDAP	<i>Mozambique Digital Acceleration Project</i> / Projecto de Aceleração Digital em Moçambique
MdE	Memorando de Entendimento
MECGIP	Projecto de Governo Electrónico, Comunicações e Infraestrutura de Moçambique
M&A	Monitoria e Avaliação
MGQR	Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

Abreviatura	Significado
MIP	Manual de Implementação do Projecto
MTC	Ministério de Transportes e Comunicações
OCB	Organização Comunitária de Base
OSC	Organizações de Sociedade Civil
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
ODP	Objectivo de Desenvolvimento do Projecto
ONG	Organização Não Governamental
ORM	Operadora de Rede Móvel
PAD	Documento de Avaliação do Projecto / <i>Project Appraisal Document</i>
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PIs	Provedores de Internet
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PPP	Parcerias Público-Privadas
QdS	Qualidade do Serviço
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
SDPI	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SPIE	Serviços Provinciais de Infraestruturas
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
UT	Unidades Técnicas

1. INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, as tecnologias digitais estão a transformar rapidamente a maneira como as pessoas, empresas e governos se comunicam e acedem informações e como realizam transacções e prestam serviços¹. Moçambique tem a oportunidade de abraçar esta tendência, tomando medidas proactivas para garantir que a sua população, empresas e instituições estejam equipadas para participar, inovar e prosperar num ambiente cada vez mais online e digital, e que a tecnologia seja usada de forma criativa para melhorar a eficiência e impacto dos serviços disponíveis para indivíduos e empresas.

Os planos nacionais de desenvolvimento de Moçambique e a política sectorial de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) reconhecem a importância de investir em tecnologia digital, mas há ainda muitos desafios para alcançar os principais objectivos. A *Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035* identifica as TIC como fundamentais para o processo de crescimento e descentralização do país e destaca a necessidade de promover o uso das TIC para impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico². Para operacionalizar esta visão, a *Estratégia Nacional de Banda Larga de 2017* e a *Política da Sociedade da Informação de 2018* fornecem referências e metas concretas a serem alcançadas para maximizar a contribuição das TIC para os objectivos de desenvolvimento. No entanto, essas estratégias permaneceram principalmente aspiracionais e os principais objectivos não foram alcançados devido à implementação limitada de iniciativas importantes em escala e à falta de um guia e financiamento claros e acionáveis para apoiá-los.

Existe um grande potencial para utilizar o governo como um impulsionador da transformação digital em sectores estratégicos, especialmente quando os blocos de construção de conectividade, identificação, pagamentos e interoperabilidade/troca de dados (a "pilha digital") estão em vigor. Vários projectos concluídos e em andamento apoiaram este esforço, incluindo o Projecto de Governo Electrónico, Comunicações e Infraestrutura de Moçambique (MEGCIP, P111432, concluído no EF16), o Projecto de Governança e Economia Digital de Moçambique (EDGE, P172350) e o Projecto de Inclusão Financeira e Estabilidade (P166107). Os serviços públicos em todos os sectores podem ser transformados, e esta transformação também pode estimular a inovação do sector privado por meio de oportunidades de compras, disponibilidade de dados não confidenciais para uso comercial, APIs para acréscimos a serviços públicos e portais, entre outros.

A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) concordou em financiar o Projecto de Aceleração Digital de Moçambique (MDAP) no valor de 200 milhões de Dólares Americanos.

1.1. Descrição do Projecto

O projecto proposto foi desenvolvido para aumentar o acesso à internet de banda larga, promover a inclusão digital e acelerar a transformação digital em todo o país por meio de intervenções complementares crescentes nos lados da oferta e da demanda da economia digital. O projecto é concebido como parte de uma arquitectura em camadas, reconhecendo que as actividades de transformação digital só podem ser alcançadas por meio de uma abordagem holística e abrangente para lidar com as barreiras actuais.

1.1.1. Objectivo do projecto e Resultados Intermediários

O objectivo de desenvolvimento do Projecto (ODP) é expandir a disponibilidade de banda larga para indivíduos e governos, aumentar a inclusão digital e acelerar a transformação digital em sectores económicos e sociais estratégicos seleccionados.

Os seguintes indicadores de resultados a nível de ODP são propostos para medir as realizações:

- a. Ampliar a disponibilidade de banda larga para indivíduos e governo
 - o Percentagem da população coberta por banda larga (3G+) (percentagem, desagregado por urbano/rural)

¹ (referenciar transformação digital global)

² (referenciar a estratégia nacional de TIC)

- Gabinetes do governo que beneficiam de acesso novo ou melhorado a serviços de internet de banda larga como resultado de intervenções do projecto (desagregado por urbano/rural)
- b. Aumentar a inclusão digital
 - Taxa de penetração da banda larga móvel (parcela da população adulta com assinatura ativa de internet banda larga) (desagregada por género e urbano/rural)
 - Beneficiários que obtêm um certificado em alfabetização digital no âmbito do projecto (desagregado por género e urbano/rural)
- c. Acelerar a transformação digital
 - Estudantes que beneficiam de um acesso novo ou melhorado à aprendizagem graças às tecnologias digitais

1.1.2. Componentes do projecto

O projecto proposto é concebido em torno de três componentes integrados e de reforço mútuo, contribuindo conjuntamente para o desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo em Moçambique com um a quarta componente dedicado à resposta contingente a futuras emergências, conforme se apresenta resumidamente na Tabela 1.

Tabela 1: Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento

Componentes	Alocação Indicativa (Milhões de US\$)
Componente 1: Inclusão e Acesso Digital	95
Subcomponente 1.1: Ambiente propício para inclusão e investimento digital	10
Subcomponente 1.2: Conectividade e acesso digital rural	55
Subcomponente 1.3: Facilitadores de inclusão digital	30
Componente 2: Fundações para a Transformação Digital Acelerada	95
Subcomponente 2.1: Infraestrutura central de serviços digitais	60
Subcomponente 2.2: Governança de dados, protecção de dados e cibersegurança	15
Subcomponente 2.3: Adopção de tecnologia digital e desenvolvimento de habilidades no sector de educação	20
Componente 3: Gestão de Projecto, Coordenação Institucional e Engajamento do Cidadão	10
Componente 4: Componente de Resposta de Emergência Contingente	0
Total	200

Componente 1: Acesso e Inclusão Digital (valor indicativo US\$ 95 milhões)

A Componente 1 visa expandir o acesso e a inclusão digital para garantir que todos os moçambicanos possam se beneficiar da revolução digital – (i) tornando Moçambique um lugar mais atrativo e competitivo para o investimento digital e (ii) expandindo a disponibilidade, acessibilidade e aceitação de serviços digitais e tecnologias em áreas rurais e comunidades carentes. A Componente 1 é articulada em torno de três subcomponentes, conforme detalhado abaixo.

Subcomponente 1.1: Ambiente propício para a inclusão e investimento digital (valor indicativo US\$ 10 milhões) - A subcomponente buscará estabelecer um ambiente propício para um mercado de banda larga mais competitivo e vibrante, em apoio ao acesso digital universal e metas de inclusão, e de forma informada sobre o clima. Em particular, ao fortalecer as leis, regulamentos e capacidade institucional para o desenvolvimento e competitividade do mercado de banda larga, as actividades financiadas ajudarão a catalisar mais investimentos do sector privado em infraestrutura e expansão de serviços e apoiarão acesso aprimorado, qualidade de serviço e acessibilidade. A subcomponente incluirá as seguintes actividades: (a). Fortalecer as estruturas legais, regulatórias e políticas que

regem o sector de telecomunicações e banda larga, (b). Desenvolver quadros estratégicos e analíticos de acesso e inclusão digital; (c) Desenvolver um ambiente propício para a regulação do sector digital informada sobre o clima; e (d) Recursos de administração pública e gestão de mudanças para MDAs.

Subcomponente 1.2: Conectividade e acesso digital rural (valor indicativo US\$ 55 milhões) - Esta subcomponente terá como objetivo aumentar a conectividade de banda larga através de investimentos no acesso à conectividade rural, sob uma abordagem de Maximização do Financiamento para o Desenvolvimento (MFD), a fim de trazer mais moçambicanos online e ajudar a colmatar as lacunas de cobertura de rede de última milha existentes no lado da oferta. As actividades desta subcomponente incluirão: (a). Expandir a cobertura de conectividade de banda larga para áreas rurais seleccionadas caracterizadas por falhas de mercado; e (b) Expansão do acesso público.

Subcomponente 1.3: Facilitadores de inclusão digital (valor indicativo US\$ 30 milhões) - tem como objetivo acelerar a aceitação da banda larga e aumentar a participação e a inclusão na economia digital, abordando as barreiras do lado da demanda que dificultam o maior acesso e a demanda por ferramentas e serviços digitais. A subcomponente incluirá as seguintes intervenções: (a) Promoção do acesso e acessibilidade de dispositivos inteligentes (valor indicativo US\$ 20 milhões); (b) Construção de conscientização digital, alfabetização e habilidades (valor indicativo US\$ 10 milhões).

Componente 2: Infraestrutura e segurança de serviços digitais principais (valor indicativo US\$ 95 milhões)

A componente visa construir as bases críticas para o governo, a economia e os empregos do futuro, (i) melhorando a infraestrutura principal de serviços digitais e alavancando a tecnologia para melhorar a eficiência das operações governamentais, (ii) desbloqueando o investimento do sector privado e a inovação em infraestrutura digital robusta e serviços, (iii) desenvolver os facilitadores e salvaguardas para maximizar o valor dos dados, enquanto cria um ambiente mais seguro para transações digitais e (iv) promover a transformação digital no sector de educação e desenvolver habilidades digitais para a futura força de trabalho. Em última análise, a componente fortalecerá as capacidades digitais da administração pública de Moçambique e fornecerá a Moçambique ferramentas para expandir o desenvolvimento de suas ofertas digitais e aproveitar as TICs para impulsionar a inovação a fim de desenvolver soluções baseadas em dados. A Componente 2 é articulado em torno de três subcomponentes, conforme detalhado abaixo.

Subcomponente 2.1: Conectividade governamental e ambiente de cloud (valor indicativo US\$ 60 milhões) - A subcomponente terá como objetivo (i) aumentar o alcance geográfico, capacidade, confiabilidade e segurança da rede virtual interna do GoM (GovNet), a fim de melhorar a capacidade local de prestação de serviços públicos digitais, bem como expandir o acesso e melhorar a experiência do usuário de serviços públicos, e (ii) estimular o investimento em uma infraestrutura nacional de backbone impulsionada pelo sector privado, de acesso aberto, em todo o país para reduzir os custos para operadoras móveis e provedores de serviços de Internet para alcançar clientes de varejo, principalmente em áreas rurais.

Subcomponente 2.2: Governança de dados, protecção de dados e cibersegurança (valor indicativo US\$ 15 milhões) - A subcomponente terá como objetivo (i) melhorar os arranjos nacionais de governança de dados para garantir um gerenciamento de dados seguro, econômico e sustentável que apoie adequadamente os objetivos nacionais de transformação digital, (ii) fortalecer o ambiente de cloud do governo para melhorar a hospedagem de dados, acessibilidade e capacidades de integração e (iii) protecção contra usos indevidos, a fim de apoiar a inovação habilitada digitalmente e acelerar a transformação digital. Incluirá as seguintes actividades: (a) Desenvolvimento de um quadro de governação e gestão de dados para Moçambique; (b) Desenvolvimento de soluções de hospedagem de dados adequadas para GdM e ambiente de cloud; (c) Fortalecendo a resiliência da cibersegurança. (d) Reforçar a protecção de dados.

Subcomponente 2.3: Adopção de tecnologia digital e desenvolvimento de habilidades no sector de educação (valor indicativo US\$ 20 milhões) -Escolas públicas carentes serão apoiadas com conectividade de banda larga, combinada com soluções de energia sustentável e equipamentos de TI para ensino e aprendizagem em laboratórios de TI, aproveitando as lições aprendidas com o modelo de Salas de Aula Inteligentes implementado em vários países, incluindo Ruanda. O financiamento complementar outras iniciativas de conectividade escolar e educação digital, incluindo o XX financiado pelo BM. O financiamento do BM apoiará o movimento em direcção à cobertura

universal, permitindo uma reforma educacional que dependerá de uma adopção digital mais ampla. Além disso, o projecto apoiará financeiramente a Rede de Pesquisa e Educação de Moçambique (MoRENET) para conectar mais instituições de ensino superior, TVETs e, possivelmente, um punhado de escolas a fibra que estejam nas proximidades de redes relacionadas, mas também outros programas emblemáticos, como o Iniciativa UN GIGA onde o BM também é um parceiro chave e onde o financiamento do BM irá alavancar o mapeamento de conectividade escolar realizado.

Componente 3: Gestão de Projecto, Coordenação Institucional e Engajamento do Cidadão (valor indicativo US\$ 10 milhões)

A Componente 3 está focada no apoio à implementação de projectos, capacidade de coordenação e envolvimento dos cidadãos. Também procurará apoiar a capacidade do sector público de atrair, desenvolver e reter habilidades para implementar reformas de TIC e transformação digital de todo o governo.

A componente apoiará as funções de gestão e implementação de projectos e fortalecerá a capacidade de coordenação e gestão de projectos do GdM. Isto inclui, nomeadamente, o apoio à gestão diária do projecto para implementar eficazmente o projecto, incluindo os custos operacionais e de pessoal da UIP e o recrutamento de consultores especializados em áreas-chave, tais como gestão de projectos, aquisições e gestão financeira (FM), monitorização e avaliação (M&A), bem como gestão de salvaguardas ambientais e sociais (A&S). O apoio adicional para M&A também será incluído por meio do uso da Iniciativa de Geo-Capacitação para Monitoria e Supervisão (GEMS) dos locais de intervenção do projecto. Isso também trará experiência para assistência técnica no local de trabalho e sob demanda.

Componente 4: Componente de Resposta de Emergência Contingente (CERC) (valor US\$ 0M)

Esta componente apoiará o GdM na resposta rápida a uma crise elegível, incluindo desastres climáticos ou naturais e emergências de saúde pública. A inclusão do CERC na fase de preparação, embora com um financiamento inicial zero, oferece flexibilidade para uma resposta ágil a emergências imprevistas através do desembolso rápido de saldos não comprometidos de outros componentes. As despesas de resposta à crise podem abranger, por exemplo, a facilitação de pagamentos de emergência a grupos vulneráveis da população usando dinheiro móvel, a prestação de serviços de comunicações de emergência para substituir instalações danificadas ou a garantia de continuidade dos negócios de funções governamentais essenciais quando os funcionários públicos são obrigados a continuar o trabalho em casa. Não se espera que o CERC financie obras de engenharia civil que possam induzir riscos e/ou riscos e impactos ambientais e sociais adversos.

1.1.3. Áreas abrangidas pelo Projecto

O projecto será implementado em todo o país e pretende capitalizar a oportunidade que surge com a instalação de um novo cabo submarino no Norte e no Sul do país, uma enorme oportunidade a ser capitalizada, se forem solucionadas as lacunas de acesso de meia e última milha.

Além das duas ligações submarinas internacionais existentes (SEACOM e EASSy), está em desenvolvimento uma terceira (2Africa) que inclui o primeiro ponto de instalação a norte, em Nacala. O aumento maciço na capacidade internacional esperado é uma grande oportunidade, mas exigirá *backbone* terrestre competitivo e de alta capacidade e redes de acesso para aproveitá-lo. Até o momento, os *links* de *backbone* se concentraram principalmente nas principais áreas urbanas e rotas intermunicipais, com alcance de fibra limitado no resto do país. Moçambique tem redes de metro/acesso limitadas e as redes sem fios são a principal tecnologia para acesso de última milha. A cobertura de banda larga é limitada às capitais provinciais, grandes cidades e centros de desenvolvimento e turismo ao longo da costa, enquanto as áreas rurais são mal servidas ou não. Os sinais de rede 3G ou superior atingiram apenas cerca de 61 por cento da população de Moçambique no primeiro trimestre de 2021³. Cerca de 200 aldeias, representando uma população total de aproximadamente 1,97 milhões de pessoas, ainda não têm cobertura celular, e as províncias do Norte, em particular, estão mal servidas⁴. A figura 1 representa a cobertura de banda larga móvel em Moçambique.

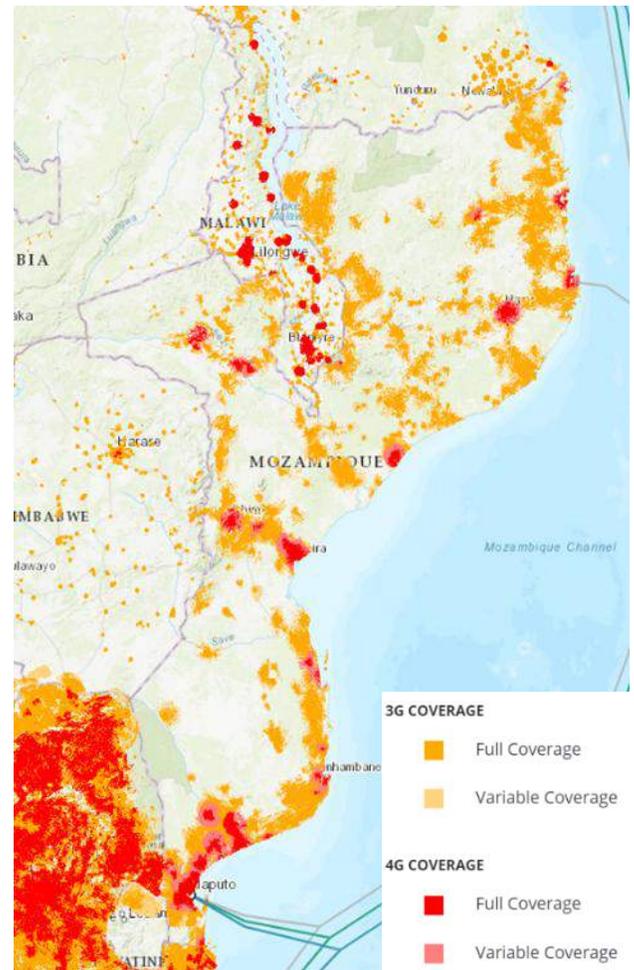


Figura 1: Cobertura em 3G e 4G (WB InfraSAP, 2020, baseada em Mapas de Cobertura de Network OpenCellID da GSMA)

1.2. Propósito e objectivo do PEPI

A Norma ambiental e social - NAS10 do Banco Mundial sobre o “Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações” exige que os mutuários engajem as partes interessadas e afectadas (PIAs) ao longo do ciclo de vida do projecto, começando esse engajamento o mais cedo possível no processo de preparação do Projecto e num prazo que permita consultas significativas às PIAs sobre a concepção, desenho e implementação do projecto. Este PEPI está a ser preparado na fase de avaliação (appraisal) do Projecto.

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) tem como objectivo desenvolver uma estratégia eficiente e eficaz para o engajamento das partes interessadas e afectadas para todas as fases do projecto. Para o efeito, é necessário primeiro identificar as PIAs e compreender as suas necessidades e expectativas de engajamento, suas

³ GSMA Intelligence, 2021.

⁴ Lista das vilas providenciada pelo MTC, 2020.

prioridades e objectivos em relação ao Projecto. Nesta fase de concepção do projecto é importante consultar as PIAs das decisões sobre os vários subprojectos e actividades que farão parte do Projecto, o nível de intervenção necessário e critério de priorização e abrangência do projecto, e sobre a adequabilidade dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto em relação as suas expectativas e preocupações. Estas opiniões irão informar a concepção do Projecto.

Essas informações serão usadas para adaptar o tipo de engajamento para cada tipo de PIA ao longo da implementação do Projecto. Como parte desse processo, é importante identificar os indivíduos e grupos que podem ter mais dificuldades para participar nos processos de engajamento e aqueles que podem ser afectados de forma diferenciada ou desproporcional pelo projecto devido ao seu estatuto de marginalizados ou vulneráveis. Os objectivos deste PEPI são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o engajamento das PIAs para auxiliar o Governo de Moçambique a identificar as PIAs do Projecto, construir e manter uma relação construtiva com as PIAs ao longo de todas as fases de implementação do projecto.
- Identificar as principais partes interessadas que são relevantes na implementação do projecto e/ou capazes de influenciar o projecto e suas actividades.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das PIAs do projecto e permitir que suas opiniões sejam levadas em consideração na concepção, preparação/desenho e implementação do projecto, e incluindo nas questões relativas ao desempenho ambiental e social.
- Promover e fornecer meios para um engajamento efectivo e inclusivo com as PIAs ao longo do ciclo de vida do projecto em questões que podem potencialmente afectá-las.
- Fornecer às PIAs meios/canais acessíveis e inclusivos para apresentar reclamações e queixas e permitir que o mutuário responda e faça a gestão das tais queixas dentro dos prazos definidos no Mecanismo de Gestão de Reclamações e Queixas, e dar a possibilidade de recorrer sempre que a PIA não estiver satisfeita.
- Descrever os protocolos e canais de comunicação que o projecto usará para se comunicar com diferentes PIAs.
- Definir funções e responsabilidades e os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para a implementação do PEPI.

2. LEGISLAÇÃO NACIONAL E NORMA AMBIENTAL E SOCIAL 10

O PEPI leva em consideração a legislação nacional e a Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial que garante o direito de expressão, reunião, acesso à informação, divulgação, de participação e consulta.

2.1. Legislação Nacional

A seguir está a legislação nacional relevante para este PEPI:

- Constituição da República de Moçambique de 2004
- Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental - 54/2015 de 31 de Dezembro
- Directrizes Gerais para o Processo de Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental – Diploma nº 130/2006 de 19 de Julho
- O Diploma Ministerial sobre a Directiva para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (129/2006).
- Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Economicas - 31/2012 de 8 de Agosto.

A Legislação em vigor em Moçambique, preconiza o engajamento das PIAs desde as fases iniciais da concepção do projecto, tanto na componente da avaliação de impactos sociais e ambientais, quer em questões relacionadas com o acesso à terra. A Constituição da República estabelece no seu Artigo 48 que todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, bem como o direito à informação. Já o artigo 79 estabelece que

“Todos os cidadãos têm o direito de apresentar petições, denúncias e queixas à autoridade competente para exigir o restabelecimento de seus direitos violados em defesa do interesse geral.”

O Artigo 15 do Decreto 54/2015 de 31 de Dezembro - Regulamento Sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, estabelece que o processo de participação pública (auscultação e consulta pública) constitui uma actividade obrigatória para todos os projectos categorizados como A+, A ou B. O Diploma Ministerial sobre a Directiva para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (129/2006) e a Directiva Geral de Participação Pública (Diploma 130/2006) definem quando e como o processo de consulta pública deve ser conduzido, incluindo os requisitos para a divulgação da documentação para consulta. A divulgação da consulta em jornais de maior circulação, rádios locais e outros meios é encorajada para garantir maior participação das PIAs nas consultas. O processo de consulta pública implica a disponibilização de informação clara a todas as partes afectadas pelo projecto com antecedência mínima de 15 dias, no sentido de permitir que os participantes levantem questões de interesse para investigação. Após a realização da consulta pública, o proponente deverá manter os canais de consulta abertos por mais 15, para permitir que as PIAs ainda possam levantar questões sobre o Projecto. Um relatório de consulta pública incluindo todas as questões levantadas pelas PIAs deverá ser lavrado e anexo ao instrumento em causa.

O Artigo 13 do Decreto 31 de /2012 de 8 de Agosto sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Economicas, determina que a participação pública é garantida ao longo de todo o processo de elaboração e implementação dos planos de reassentamento. Esta deve ser realizada, recorrendo-se a reuniões públicas, segundo a natureza dos assuntos e em coordenação a nível nacional, para a compatibilização das estratégias e avaliação na sua adequação à evolução da realidade. A consulta pública visa criar condições para que as comunidades reassentadas e as hospedeiras participem activamente nos processos de tomada de decisão como também tenham acesso a toda informação inerente aos conteúdos dos estudos realizados e do processo de reassentamento. O Regulamento prevê a realização de pelo menos quatro consultas públicas publicitadas nos principais meios de comunicação social existentes e nos locais de intervenção (Artigo 23).

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de engajamento das PIAs, principalmente no que tange a realização das consultas públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos.

2.2. NAS10 do Banco Mundial

A NAS10 do O Banco Mundial, estabelece que o mutuário deverá engajar as PIAs como parte integrante do processo da avaliação ambiental e social do projecto durante todo o seu ciclo, e inclui identificação das PI&A, avaliação do nível de envolvimento das PI&As, definição de estratégias de envolvimento, consulta, estabelecimento do mecanismo de queixas, definição dos principios que irão nortear as consultas, entre outros requisitos. A natureza, escopo e a frequência do engajamento das PIAs devem ser proporcionais à natureza e escala do Projecto. As consultas com as PIAs devem ser significativas e baseadas na identificação e análise das partes interessadas e afectadas, planos sobre como envolvê-las, divulgação de informações, consultas, bem como respostas às suas queixas e iniquitações. Este PEPI é o instrumento, preparado de acordo com a NASA 10, e que será executado para assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na NAS10 durante o todo o ciclo do Projecto.

3. ACTIVIDADES PRÉVIAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

A fim de incorporar as opiniões e preocupações das partes interessadas sobre o Projecto e o PEPI, foi realizada uma pública presencial com transmissão virtual no dia 5 de Abril 2022 para permitir a participação de mais stakeholders. O processo de consulta e divulgação do PEPI seguiu as orientações da Nota Técnica: *Public*

Consultations and Stakeholder Engagement in WB-supported operations when there are constraints on conducting public meetings”, elaborada pelo Banco Mundial em Março de 2020, e seguiu todos os protocolos sanitário contra COVID-19 impostos pelo Ministério de saúde de Moçambique e pelo Decreto Presidencia n.º 4/2022 de 18 de Fevereiro (Declaração da situação da calamidade pública devido a COVID -19).

O encontro serviu também para perceber das PIAs a pertinência do Projecto, a adequabilidade dos mecanismos de engajamento das PIAs propostos no PEPI, incluindo o MRQ. As partes interessadas que estiveram presentes na reunião representam vários sectores de actividades do Governo ligados a TIC, Sociedade Civil e operadores e fornecedores de serviços de internet. Alguns dos presentes incluem os representantes do MTC, INAGE, VODACOM, MCEL, INCM, CIVEM, INTICm IPEMI, Forum Mulher; Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Corners, Ideario Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad); Associação Moçambicana de Profissionais e Empresas de Tecnologias de Informação (AMPET I) e outras. Dos 34 participantes, 7 foram mulheres, correspondendo a 21% dos participantes. No Anexo 1 encontra-se a lista de presença e um relatório completo da consulta. No Anexo 1 encontra-se a lista de presença e um relatório completo da consulta. O resumo das questões levantas durante a reunião de consulta com as PIAs incluem:

- Manifestação da grande satisfação pelas componentes contempladas pelo Projecto e por priorizar as zonas rurais onde os serviços digitais são quase inexistentes, e onde a grande maioria da população moçambicana vive;
- Preocupação sobre o montante disponibilizado no que tange a cobertura de todas zonas rurais existentes em Moçambique, visto que o território é vasto e pode estar a necessitar valores acima dos USD\$200 milhões disponibilizados;
- Necessidade de definição de critérios objectivos na escolha das zonas rurais beneficiárias, visto que os recursos podem não ser suficiente para cobrir todas as áreas rurais que precisa destes serviços;
- Capitalizar as sinergias entre o projecto e as operadoras para melhor tirar o benefício do Projecto
- A necessidade de envolver as pequenas e média empresas para fornecerem serviços às actividades do projecto;
- Acautelar-se a continuidade das infraestruturas e serviços implantados pelo Projecto.

Estas recomendações serão levadas em conta no planeamento do projecto que actualmente está em curso e serão incorporadas na implementação do projecto. Mais consultas serão feitas durante a elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e social, assim como ao longo do ciclo do projecto a fim de permitir que as opiniões das partes interessadas sejam continuamente levadas em consideração.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

4.1. Identificação e Análise de Partes Interessadas e Afectadas

A natureza do Projecto faz com que toda a população nas áreas abrangidas pelo projecto sejam partes interessadas importantes no Projecto, pois irá permitir a extensão e melhoria da disponibilidade dos serviços digitais e associados em todo o país. Todo o engajamento deve prosseguir com base em métodos culturalmente aceitáveis e apropriados para cada um dos diferentes indivíduos e grupos de PIAs visadas.

A identificação de pessoas correctas dentro dos grupos ou categorias das PIAs que actuam como representantes legítimos de seus respectivos grupos permite um engajamento mais sereno e eficaz cooperação e a negociação com as PIAs ao longo do desenvolvimento do Projecto requer. A legitimidade dos representantes da comunidade, em situações que não existe uma nomeação formal, pode ser verificada conversando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e observando suas opiniões sobre quem pode estar representando seus interesses da maneira mais eficaz.

Para o engajamento eficaz e direccionado as PIAs do Projecto podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- i. **Partes Afectadas:**

Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto (AIP) que são directamente influenciadas (real ou potencialmente) pelo projecto e/ou foram identificadas como mais susceptíveis à mudança associada ao projecto, e que precisam estar intimamente envolvidas na identificação de riscos e seus impactos, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão. Consideram-se pessoas afectadas as que a sua qualidade de vida vai sofrer uma mudança directa devido aos impactos directos da implementação do Projecto de aceleração digital. Estas partes estão devidamente identificadas na Tabela 2.

ii. Outras Partes Interessadas

Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos directos do Projecto, mas que consideram que os seus interesses podem ser afectados pelo Projecto e/ou que podem influenciar o a projecção e a forma de implementação do Projecto. As partes interessadas relevantes do Projecto estão identificadas na Tabela 2.

iii. Grupos Vulneráveis

São pessoas ou grupos que podem ser desproporcionalmente impactadas ou ainda mais prejudicadas pelo(s) projecto(s) em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto de vulnerabilidade⁵, e que podem exigir esforços especiais de engajamento para garantir a sua representação na consulta e nos processos de tomada de decisões associados ao Projecto. Este grupo de indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos do Projecto. A consciencialização e o engajamento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis deve ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir a compreensão das actividades, os seus benefícios e riscos do Projecto. A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação econômica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do Estado. O engajamento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- Mulheres e mulheres chefe de agregados familiares - as mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência e pequenos negócios informais. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão, devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patri-lineares. Em relação a mulheres chefes de família podem estar em risco de verem agravada a sua vulnerabilidade uma vez que sobre elas recai toda a responsabilidade pelo sustento e segurança do agregado familiar.
- Crianças e crianças chefes de família - as crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- Idosos e idosos chefes de agregados familiares – Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de inter-ajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por

⁵ O status de vulnerabilidade pode resultar da raça de um indivíduo ou grupo, origem nacional, étnica ou social, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, propriedade, idade, cultura, alfabetização, doença, deficiência física ou mental, pobreza ou desvantagem econômica, ou dependência de recursos naturais únicos.

diversos factores. Estes podem requerer assistência para poderem ser engajados durante a implementação do Projecto.

- Pessoas portadoras de deficiência - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas portadoras de deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão;
- Pessoas vivendo com doença crónica – Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e conseqüente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e conseqüente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu engajamento e conseqüente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.
- Deslocados internos de guerra de Cabo Delgado - A grande maioria dos residentes nas zonas rurais, vilas e pequenas cidades, mais concretamente nas áreas identificadas para implementação do projecto, são de origem local. Contudo devido a mobilidade que caracteriza o país nos últimos anos devido a vários factores sociais económicos e políticos, podem existir grupos de pessoas deslocadas dos distritos instáveis Cabo Delgado residindo na área de impacto directo do projecto, ou vindas de outras partes do país, que podem ser excluídos de forma estrutural no processo de tomada de decisão e para a seleção de beneficiários. Este aspecto deverá ser avaliado durante a Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS) incluindo identificação de outras formas de engajamento.
- • Pessoas analfabetas - esse grupo de pessoas não sabe ler nem escrever, aspectos fundamentais para o acesso à tecnologia, inclusive aquelas pessoas que, embora saibam ler e escrever, não estão familiarizadas com a interação tecnológica, o que pode ser um fator limitante para se beneficiar do projeto.
- Pessoas que residem em locais de difícil acesso/ inacessíveis- Esta spessoas podem ser facilmente excluídas do projecto por não terem acesso a informação sobre o projecto e devido a limitação de acesso aos locais onde residem.

Deste modo, constituem PIAs do Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto.

No presente projecto, a identificação das PIAs relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos - Tabela 2.

Tabela 2: Partes Interessadas e Afectadas divididas por Categoria em cada Componente

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
Componente 1: Inclusão e Acesso Digital			
<i>Subcomponente 1.1: Ambiente propício para inclusão e investimento digital</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM) - Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - <i>Network</i> do Governo (GovNet) - Media tradicional - Media digital - Banco Mundial - Organizações comunitária de Base - Promotores de plataformas de TICs (Moztec e outras) - Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Corners, Incubator Sandbox, Espaço Inovação - UEM, Standard Bank Incubator, Ideario Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad) - Universidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Autoridades Governamentais Locais - Governos Provinciais/Secretarias do Estado - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Trabalhadores do Projecto - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Trabalhadores comunitários do Projecto - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais - MDAs 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) representadas ou não pelas suas associações - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas
<i>Subcomponente 1.2: Conectividade e acesso digital rural</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - <i>Network</i> do Governo (GovNet) - Operadores de rede móvel (Vodacom, 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Autoridades Governamentais Locais - Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas - Habitantes das zonas rurais - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> - Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Media tradicional - Media digital - Banco Mundial - Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas tecnologias de informação e serviços digitais - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais - Organizações comunitária de Base - Empresas provedoras de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> comunicação - -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Instituições públicas, instituições académicas - Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto - Trabalhadores das empresas envolvidas no projecto - Trabalhadores do Projecto - Trabalhadores comunitários do Projecto - Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente, (i) pessoas afetadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) pelas actividades de construção do projecto, ocupação de terras; (ii) pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto - Pessoas que vivem em locais inacessíveis/de difícil acesso; - Pessoas analfabetas e não literadas em tecnologias de informação 	
<p><i>Subcomponente 1.3: Facilitadores de inclusão digital</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - <i>Network</i> do Governo (GovNet) - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Media tradicional - Media digital - Banco Mundial 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Autoridades Governamentais Locais - Secretarias do Estado - Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas - Habitantes das zonas rurais - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Instituições públicas e instituições 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas tecnologias de informação e serviços digitais - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais - Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Corners, Incubator Sandbox, Espaço Inovação - UEM, Standard Bank Incubator, Ideario Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad) - Organizações comunitária de Base 	<ul style="list-style-type: none"> académicas - Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto - Trabalhadores das empresas de construção envolvidas no projecto - Trabalhadores do Projecto - Trabalhadores comunitários do Projecto 	
Componente 2: Fundações para a Transformação Digital Acelerada			
<i>Subcomponente 2.1: Infraestrutura central de serviços digitais</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - Network do Governo (GovNet) - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) - Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) - Media tradicional - Media digital - Banco Mundial - Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas tecnologias de informação e serviços digitais - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Autoridades Governamentais Locais - Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas - Habitantes das zonas rurais - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Instituições públicas, instituições académicas - Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto - Empresas de Construção Civil envolvidas no projecto - Trabalhadores das empresas de construção envolvidas no projecto - Trabalhadores do Projecto - Trabalhadores comunitários do Projecto - MDAs - Ministérios e suas unidades orgânicas beneficiárias do Projecto 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas

Plano de Engajamento das Partes Interessadas – Projecto de Aceleração Digital de Moçambique

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Corners, Incubator Sandbox, Espaço Inovação - UEM, Standard Bank Incubator, Ideário Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad) - Organizações comunitária de Base 	<ul style="list-style-type: none"> - Direcções e Serviços distritais 	
<i>Subcomponente 2.2: Governança de dados, protecção de dados e cibersegurança</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - <i>Network</i> do Governo (GovNet) - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Media tradicional - Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Autoridades Governamentais Locais - Secretarias do Estado - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação - -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Trabalhadores do Projecto - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Trabalhadores comunitários do Projecto - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais - Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas
<i>Subcomponente 2.3: Adopção de tecnologia digital e desenvolvimento de habilidades no sector de educação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de educação - Operadores, empresas e negócios formais do sector de educação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de educação - Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação - Lideranças comunitárias nas zonas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> Acesso Universal (FSAU) - Network do Governo (GovNet) - Humano (MINEDH) - Instituto para Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) - Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel) - Provedores de serviços de internet - Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Corners, Incubator Sandbox, Espaço Inovação - UEM, Standard Bank Incubator, Ideário Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad) - Media tradicional - Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> abrangidas - Habitantes das zonas rurais - Pessoas analfabetas e não literadas em tecnologias de informação - Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto - Instituições públicas e instituições académicas 	
<p>Componente 3: Gestão de Projecto, Coordenação Institucional e Engajamento do Cidadão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM) - Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) - Network do Governo (GovNet) - Instituto Nacional de Governo Electronico (INAGE) 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos de instituições implementadoras - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação - Trabalhadores do Projecto - Trabalhadores comunitários do Projecto - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas
<p>Componente 4: Componente de Resposta de Emergência Contingente</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Governo de Moçambique - Banco Mundial 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) - Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC) - Instituto Nacional do Governo Electrónico (INAGE) - Instituto Nacional das Comunicação de Moçambique (INCM Fundo de Serviço de Acesso Universal (FSAU) 	

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
		<ul style="list-style-type: none">- <i>Network</i> do Governo (GovNet)- Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel)- Provedores de serviços de internet- Media digital- Media tradicional	

5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

5.1. Princípios fundamentais do programa

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- *Abertura e abordagem do ciclo de vida*: as consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- *Participação informada e feedback*: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades são fornecidas para comunicar o *feedback* das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações;
- *Inclusão e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção de métodos de engajamento. Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis - em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crônicas. Ao planificar o engajamento deve se ter em conta os (i) diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta, (ii) consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconômicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser fatores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade das funcionárias do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
- *Compromisso* - demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo;
- *Integridade* - ocorre quando o engajamento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos;
- *Respeito* - criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afetadas são reconhecidos;
- *Transparência* - demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta e eficaz.
- *Confiança* - alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interação com cada grupo de PIAs, deve se considerar a selecção de técnicas de engajamento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de engajamento. Antes de qualquer evento de engajamento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de "perguntas e respostas" padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em engajamento anterior, se houver;
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de engajamento;
- Selecção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o engajamento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto;
- Selecção de métodos para engajamento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo);
- Selecção de local e horário para actividades de engajamento, para PIAs, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo;
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de engajamento;

- Identificação e implementação de mecanismos de *feedback* a serem empregados.

5.2. Estratégia de Engajamento e divulgação de informação do Projecto

A estratégia de divulgação, consulta, auscultação e participação pública no âmbito do PEPI tem como principais objectivos:

- Permitir a compreensão das necessidades das comunidades directa e indirectamente afectadas pelo Projecto;
- Garantir a coordenação entre todos os envolvidos na implementação do Projecto incluindo as autoridades governamentais a todos os níveis (nacional, provincial, distrital, local e comunitária referente as PIAs);
- Permitir e garantir a recepção de *feedback* e comentários, queixas e reclamações das PIAs sobre a concepção e implementação do Projecto;
- Garantir a transparência na implementação do Projecto, incluindo a gestão de informação recebida cujas respostas possam ser levados de volta as PIAs para permitir que ajustes das intervenções ao longo do ciclo de vida do Projecto possam ser realizadas.

Dado o contexto actual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19 e o cronograma em que o projecto está sendo preparado, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de engajamento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama das PIAs neste Projecto, uma estratégia robusta de comunicação e engajamento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- Encontros formais - apresentação de informações do projecto para as PI&As; permitir que o grupo comente e conceda opiniões; construir uma relação aprofundada e impessoal com as PI&As; divulgação de informações técnicas;
- Consultas públicas – Apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIAs (de acordo com o permissível devido as limitações impostas pela COVID 19), especialmente comunidades directamente afectadas e, permitir que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação, construir relacionamento com as comunidades, distribuição informações técnicas e não técnicas na forma mais clara possível, facilitar as reuniões com apresentações com linguagem clara e facilitar o entendimento com apresentações em PowerPoint e pôsteres (elucidativos para engajamento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- Reuniões individuais – com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIAs falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada em género, compensações, entre outros aspectos.
- Grupos focais de discussão – Compartilha de informações sobre o Projecto sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, discutir os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação; comunicação directa com os proprietários de bens nas áreas directamente afectadas pela implementação do Projecto, partilha de informações sobre o tempo de duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais das comunidades.
- Folheto sobre o projecto – Constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR).
- Website – Através das páginas do MTC, apresentar informações sobre o Projecto com actualizações regulares, divulgar os Estudos de Impacto Ambiental, o Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, o Quadro de Política de Reassentamento - QPR e outra informação e documentação relevante.

- Órgãos de informação – Usar os órgãos de informação como a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique e rádios comunitárias locais (sempre que se fizer necessário) para divulgação de informações sobre o Projecto, especialmente sobre o MGQR e divulgação das reuniões de consulta pública sobre os subprojectos.
- Media digital – Através das plataformas digitais do MTC e outras entidades implementadoras, para divulgação de informações sobre o Projecto, e incentivo à adopção dos meios digitais como um meio seguro e fiável para a partilha de informações.
- Uso de correspondências electrónica e comunicação telefónica – Distribuição de informação a funcionários públicos e do governo nacional provincial e distrital pertinentes, de ONGs, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIAs para as reuniões e acompanhamento.
- Mecanismo de resolução de queixas e reclamações- O mecanismo de gestão de queixas e reclamações (MGQR) é estabelecido neste PEPI para assegurar que as PIAs, quer individualmente quer em grupos, possam ter capacidade para apresentar reclamações relacionadas ao Projecto ou fornecer comentários e *feedback*.

A Tabela 3 apresenta de forma sintetizada a estratégia de engajamento dos diferentes tipos de PIAs, tendo em conta as características e necessidades específicas dos PIAs, necessidades específicas e as necessidades das PIAs. O PEPI não é estanque, mas sim em contínua construção para adequar a acomodação de novas categorias de PIAs e suas necessidades específicas à medida que forem surgindo, sendo deste modo continuamente refinado e adoptada nova estratégia conforme a implementação do Projecto for sendo realizada.

Tabela 3: Necessidades das Partes Interessadas e Afetadas pelo Projecto e estratégia de engajamento

Grupos de Partes Interessadas e Afetadas	Características -chave ⁶	Necessidades linguísticas ⁷	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa, etc. ⁸)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças) ⁹	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro) ¹⁰	Nível de influência (baixo, médio, alto) ¹¹	Abordagem apropriada de engajamento
Técnicos de instituições implementadoras	Parte Interessada	Português, inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros; whatsapp, telefonema,	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação/Encontros técnicos
Entidades implementadoras do projecto	Parte interessadas	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros, whatsapp, telefonema	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Operadores de rede móvel (Vodacom, Movitel, T-Mcel)	Parte interessada e afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros, anúncios no jornal	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Fornecedores de serviços de internet (sky net, TV Cabo, Tmcel, Vodacom, Movitel, ...)	Parte interessada / afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, anúncio no jornal, TV	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT (Orange Comers, Incubator Sandbox, Espaço Inovação (Eduardo Mondlane University), Standard Bank Incubator, Ideario Hub, IdeaLab, Fintech Challenge, Climate LaunchPad)	Partes interessadas	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, anúncio no jornal, TV	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação

⁶ Características chaves – refere-se às características das partes interessadas que são específicas para essa categoria e devem ser levadas em consideração durante o engajamento;

⁷ Necessidades linguísticas – identificação dos requisitos linguísticos para divulgação de informações e consulta das diferentes categorias de stakeholders de forma a permitir a sua participação activa no processo. Moçambique tem mais de 33 dialetos

⁸ Meios de notificação – refere-se aos meios para notificar diferentes categorias de partes interessadas para divulgação ou consulta de informações, permitindo-lhes fornecer *feedback*

⁹ Necessidades específicas – refere-se a condições que devem ser criadas ou alocadas para permitir que as PIAs estejam disponíveis para participar nas consultas.

¹⁰ Posição em relação ao projecto – estabelecer se determinada categoria de partes interessadas actua em apoio, oposição ou neutralidade em relação ao projecto.

¹¹ Nível de influência – pode ser definido como: i) *alto* - quando as partes interessadas podem mudar o curso de acção e influenciar o resultado; ii) *médio* - se as partes interessadas podem mudar o curso da acção, mas não podem influenciar a mudança do resultado; iii) *Baixo* - se a parte interessada não pode mudar o curso da acção e não pode influenciar o resultado.

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características -chave ⁶	Necessidades linguísticas ⁷	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa, etc. ⁸)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças) ⁹	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro) ¹⁰	Nível de influência (baixo, médio, alto) ¹¹	Abordagem apropriada de engajamento
Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte Afectada	Português,	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação, grupos focais de discussão
Empresas e negócios do sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, Inglês	Cartas, email e material de informação, anúncio no jornal, TV	Não aplicável	Suporte	Baixo	Consultas públicas; Encontros individuais
Trabalhadores das empresas de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, Inglês	Cartas, email e material de informação, anúncio no jornal, TV	Não aplicável	Suporte	Baixo	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Operadores informais do sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio; Jornal, lideranças locais	Não aplicável	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Empresas de construção	Partes interessadas	Português	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio; Jornal, lideranças locais	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Habitantes de zonas rurais	Parte afectada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio, lideranças locais, OCBs	Transporte para os locais de consulta, Necessidade de tradutor na língua local, estimar o tempo de reunião incluindo o da viagem para determinar se será preciso um lanche na reunião.	Suporte	Baixo	Consultas públicas, GFD, encontros individuais (onde seja aplicável), Encontros de advocacia
Grupos de mulheres e raparigas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Cartas, material de informação elucidativo, Televisão, rádio, líderes comunitários, notificação às associações locais que trabalham com estes grupos	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante; horários apropriados que facilitam a sua participação, cuidados dos menores que	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia; Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos; identificar e consultar ONGs ou organizações

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características -chave ⁶	Necessidades linguísticas ⁷	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa, etc. ⁸)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças) ⁹	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro) ¹⁰	Nível de influência (baixo, médio, alto) ¹¹	Abordagem apropriada de engajamento
				acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas. Definir a hora de reunião que não interfere com os a fazeres domésticos			comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários
Pessoas portadoras de deficiência	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	líderes comunitários, notificação das associações locais que trabalham com estes grupos; Televisão, rádio, sms	Garantir que haja acessos especiais para os tipos de deficiências contemplados, tradutor de línguas de sinais, acompanhantes para os deficientes visuais ; disponibilidade de transporte	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais, encontros com os representantes das associações destes grupos
Pessoas portadoras de doenças crónicas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Encontros comunitários, rádio e social media	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte, tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Lideranças comunitárias, rádio comunitárias, comunicação porta a porta, usar as ONGs que dão assistência humanitária para fazer chegar as mensagens sms	, tradução nas línguas locais; evitar reuniões em momentos em que estão a receber ajuda humanitária; realizar os encontros nos centros de acolhimento; tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas comunitárias, grupos focais de discussão;
Pessoas que vivem em áreas de difícil acesso, iliteradas em TICs	Grupos Vulnerável	Dialectos locais	Lideranças comunitárias, rádio comunitárias, comunicação porta a porta	Providenciar transporte ou organizar os encontros nas zonas onde vivem; tradução na língua local	Neutro	Baixo	Consultas comunitárias, FGDs, reuniões com os representantes e associações que apoiam aos deslocados

Grupos de Partes Interessadas e Afetadas	Características-chave ⁶	Necessidades linguísticas ⁷	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa, etc. ⁸)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças) ⁹	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro) ¹⁰	Nível de influência (baixo, médio, alto) ¹¹	Abordagem apropriada de engajamento
Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto - pessoas afetadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) ; pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	Parte Afetada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio, lideranças e autoridades locais, jornais locais, Notificações dirigidas	Necessidade de tradutor na língua local	oposição	médio	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, Organizações Comunitárias de Base, Associações locais	técnico Outras partes interessadas	Português, outros dialectos locais	, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Consultas públicas; encontros de advocacia; reuniões com os representantes das ONGs
Media digital, Media tradicional	Partes interessadas e	Português	cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão

5.3. Estratégia Proposta para Incorporar a Visão dos Grupos Vulneráveis

O PEPI estabelece os mecanismos apropriados para garantir que mulheres, idosos, menores chefes de família, deslocados de guerra e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que suas opiniões e sugestões sejam tomadas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, deverão ser realizadas, pois as pessoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Uma avaliação social investigará mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante o processo de Avaliação de Impacto Ambiental e preparação dos Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos, e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias.

Tendo em vista a promoção da igualdade e equidade de participação de género, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de engajamento de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Deve-se incentivar as mulheres a contribuírem no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, inclusão das infraestruturas comunitárias, igualdade de oportunidades, representatividade, etc., em diferentes fóruns de discussão sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

Para as mulheres chefes de famílias, haverá medidas adicionais deverão ser tidas em conta para permitir a sua maior participação, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação, assistência/cuidados dos menores que acompanham as mães, caso haja necessidade, tradução nas línguas locais e garantir a representatividade mínima de 25% deste grupo em reuniões. Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associações, recomenda-se que a divulgação de informações a esses grupos seja feita através da associação, sempre que possível, assegurando que as suas visões sejam incorporadas na implementação do Projecto. Para casos em que não existem representações das associações dos grupos vulneráveis identificados numa região, recomenda-se o uso das ONGs, associações ou OCBs locais para em conjunto com o Projecto engajar estes grupos.

5.4. Plano das consultas das PIAs do Projecto

O calendário indicativo apresentado na Tabela 4 inclui as duas fases do Projecto, nomeadamente: (i) Fase de concepção e avaliação do Projecto - esta fase inclui a elaboração dos documentos que serão apresentados para a aprovação do Projecto pelo Conselho de administração do Banco Mundial; (ii) fase de Implementação do Projecto - que se segue após a aprovação do Projecto em diante. O Plano identifica os instrumentos ambientais e sociais que devem ser amplamente divulgados, os momentos da divulgação, as PIAs visadas, o método de engajamento e a responsabilidade.

Tabela 4: Proposta do Plano para consulta das PIAs no Projecto

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ¹²	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
Concepção e Avaliação do Projecto	Divulgação do Projecto de Aceleração Digital de Moçambique	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais, visitas técnicas	Fevereiro - Abril 2022	Instituições governamentais envolvidas no projecto), Banco Mundial, parceiros de implementação, financiadores	MTC
	Plano de Compromisso Ambiental e Social	- Reuniões de coordenação e de negociação	Março- Abril 2022	Instituições chaves do Governo de Moçambique (MTC, MEF) e o Banco Mundial	MTC
	Plano de Engajamento das Partes Interessadas incluindo o MGQR	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais Disposição da informação no website	Março- Abril 2022	Instituições governamentais envolvidas no projecto (nacional, provincial e distrital), autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, doadores e o público em geral, principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectedas pelo Projecto e outras partes interessadas	Equipa de Salvaguardas MTC
	Divulgação do QPR e QGAS incluindo a descrição do procedimento de Gestão laboral; Mecanismo de Queixas e Reclamações para Trabalhadores do Projecto, Avaliação de Riscos de VBG e EAS; Plano de acção sobre violência baseada no género, Saúde e Segurança da Comunidade; entre outras informações.	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais Disposição da informação no website do MTC, Banco Mundial	Março- Abril 2022	Instituições governamentais envolvidas no projecto, autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, doadores e o público em geral, principalmente grupos vulneráveis, PIAs	Equipa de Salvaguardas MTC

¹² As datas apresentadas são indicativas.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas – Projecto de Aceleração Digital de Moçambique

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ¹²	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
Fase de Implementação	Concepção, Selecção, Desenho e Triagem dos Subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais do MTC	A ser definido pela UIP - durante a fase de concepção, selecção, desenho, dos subprojectos Antes da aprovação dos subprojectos	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, grupos vulneráveis, ONGs e Organizações comunitárias de Base, Governos distritais, Banco Mundial	UIP –MTC
	Estudos de Impacto Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais do MTC	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas	UIP_MTC Equipa de Salvaguardas
	Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais do MTC	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais, Banco Mundial	UIP_MTC Equipa de Salvaguardas
	Planos de Reassentamento dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais do MTC	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais, Banco Mundial, Comissão técnica de supervisão e monitoria do reassentamento (nacional, provincial e Distrital)	UIP_MTC Equipa de Salvaguardas
	Relatórios de progresso do projecto, Relatórios de auditoria, Resultados do Mecanismo de gestão de queixas e reclamações, relatório de <i>feedback</i> das partes interessadas	Reuniões comunitárias, FGDs, Quadro de avisos, Media, rádio, linha direta do projecto, SMS, website, Quadro de avisos da comunidade, rádio comunitária, TV,	A ser definido pela UIP	Comunidades afetadas, público em geral, ONGs, mulheres e outros grupos vulneráveis serão consultados em particular	UIP_MTC Equipa de Salvaguardas

5.5. Aprendizagem e Divulgação de Informação

A divulgação de informação é essencial no processo de engajamento das partes interessadas. É responsabilidade da equipa de Salvaguardas Ambientais e Sociais do MTC garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente e com antecedência e manter uma linha de *feedback* aberta para as partes interessadas. Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MGQR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa de salvaguardas Ambiental e Social da UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIAs e outros intervenientes do Projecto.

Ao nível das Direcções Provinciais de Transportes e Comunicações e Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas nos distritos abrangidos pelo projecto será necessário que os técnicos sejam capacitados continuamente sobre os instrumentos sobre salvaguardas ambientais e sociais e outra informação imprescindível para gestão das PIAs.

Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIAs deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e *feedback* das partes interessadas, inclusive por meio do monitoria das redes sociais do MTC dedicados ao Projecto (Facebook, website interactivo, tweeter, whatsapp, e-mail dedicado entre outros); percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática; e diálogos diretos e consultas.
- Operacionalização do MGQR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de engajamento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o engajamento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto
- Estabelecer para o público em geral, canais de Media identificados e confiáveis, incluindo: Media de transmissão (televisão e rádio), Media impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, Media social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

5.6. Fases futuras do projecto

O presente PEPI fornece as diretrizes gerais para a implementação de engajamentos das PIAs no âmbito do Projecto. Ainda que haja alteração ao longo dos 5 anos de vida do projecto, em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem de comunicação e consulta por parte da UIP e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. As equipas das salvaguardas ambiental e social da UIP irão continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de engajamento das PIAs procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de formação de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de engajamento das PIAs durante a divulgação do Projecto bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os subprojectos estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para aprimorar o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios trimestrais gerados pela UIP, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MQGR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI e os resultados gerais e tratamento do MQGR será produzido e informação partilhada ao nível das PIAs.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

Recursos humanos, financeiros e técnicos adequados deverão ser dedicados para a implementação do PEPI, ao longo do tempo de vida útil do Projecto. O MTC irá coordenar a implementação do PEPI.

6.1. Gestão de funções e responsabilidades

Os arranjos de implementação do projecto propostos refletem a coordenação e o envolvimento de várias agências envolvidas na concepção e execução das actividades do projecto. Para maximizar o impacto sobre o desenvolvimento do projecto proposto, suas actividades serão estreitamente coordenadas com outros projectos em andamento, incluindo os Projectos EDGE e ProEnergia+, com arranjos de implementação inter-relacionados e supervisão de governança. Os arranjos propostos (veja a Figura 2) incluem um Comité de Gestão de Projectos (CGP) ao mais alto nível do governo – cuja função é supervisão, tomada de decisões e coordenação. O Comité de Direcção do EDGE será alargado para abranger também a intervenção proposta, com os Ministros do MCTES e do MTC a assumirem funções de co-presidente. Esse arranjo ajudará a garantir coerência e coordenação das agências governamentais em ambos os projectos e na agenda de desenvolvimento digital mais ampla. Mais especificamente, o mandato do CGP incluirá (i) aprovação de orçamentos anuais e planos de trabalho; (ii) revisão trimestral do andamento do projecto; e (iii) fornecimento de orientação estratégica e recomendações relacionadas à implementação do projecto e/ou qualquer reestruturação necessária. A equipe do projecto apoiará o órgão a adotar um foco específico na gestão e governança de dados, dada a importância da prestação integrada de serviços, administração pública e papel crescente dos dados na economia em geral. Os Termos de Referência (TdR) para o CGP serão detalhados no manual de implementação do projecto (PIM) que está sendo elaborado. A equipe do projecto pode propor ao Governo a ideia de criar um grupo de trabalho ONG/OSC para servir como uma interface suplementar para a interação governo-cidadão.

A implementação geral do projecto será apoiada por uma já existente unidade de implementação do projecto (UIP) sediada no MTC. A UIP será compartilhada em todos os projectos financiados pela AID dentro do ministério para capitalizar sinergias e permitir a partilha dos serviços de aquisições, gestão financeira, salvaguardas, comunicações e outras funções e procedimentos, bem como M&A, gestão de compromisso ambiental e social (E&S), e também consolidará relatórios abrangentes do projecto. O Coordenador da componente do MTC no Projecto ProEnergia+ será incluído na UIP para garantir a coordenação e melhor aproveitamento das sinergias. Para reforçar a área de salvaguardas ambientais e sociais serão recrutados um 1 especialista ambiental e um especialista social para serem integrados na UIP.

O MTC trabalhará em estreita colaboração com seis parceiros-chave do MDA que são considerados os principais beneficiários e parceiros técnicos dos investimentos planeados - MCTES, INCM, FSAU, INAGE, INTIC e MINEDH. Espera-se que esses MDAs contribuam com insumos técnicos diariamente, trabalhando em estreita colaboração com os especialistas técnicos incorporados ao UIP, incluindo o apoio ao MTC em aspectos técnicos de processos relacionados a aquisições, auxílio na garantia de qualidade e validação de produtos-chave, e fornecer informações necessárias para apoiar a gestão e relatórios eficazes do quadro de M&A. Para o caso específico do MCTES, será incluído um cargo de Coordenador Adjunto para coordenar a execução das actividades do projecto liderados pelo MCTES. O Coordenador Adjunto teria dupla responsabilidade de reportar à UIP e ao MCTES. O arranjo relacionado será definido por um memorando de entendimento entre agências (MoU), entre o MTC e o MCTES.

A UIP será apoiada por uma série de comités técnicos (CTs), conforme necessário, para tratar de quaisquer questões técnicas ad hoc que possam surgir. Esses CTs específicos de subcomponentes dedicados convocarão MDAs governamentais considerados essenciais para apoiar a implementação bem-sucedida e para apoiar as principais decisões de nível técnico que exigem um acordos mais amplos. Os CTs podem encaminhar os problemas, conforme necessário, para o Comité de Gestão do Projecto (CGP) se eles exigirem uma discussão estratégica. As reuniões do CT serão presididas e convocadas por especialistas técnicos relevantes da UIP. Os ToRs para CTs serão detalhados no Manual de Implementação do Projecto (MIP). Espera-se que, um número seletivo de membros do CT possam também fazer parte do CGP, pois eles desempenham um papel importante na garantia de consistência das abordagens de todas as subcomponentes e actividades do projecto.

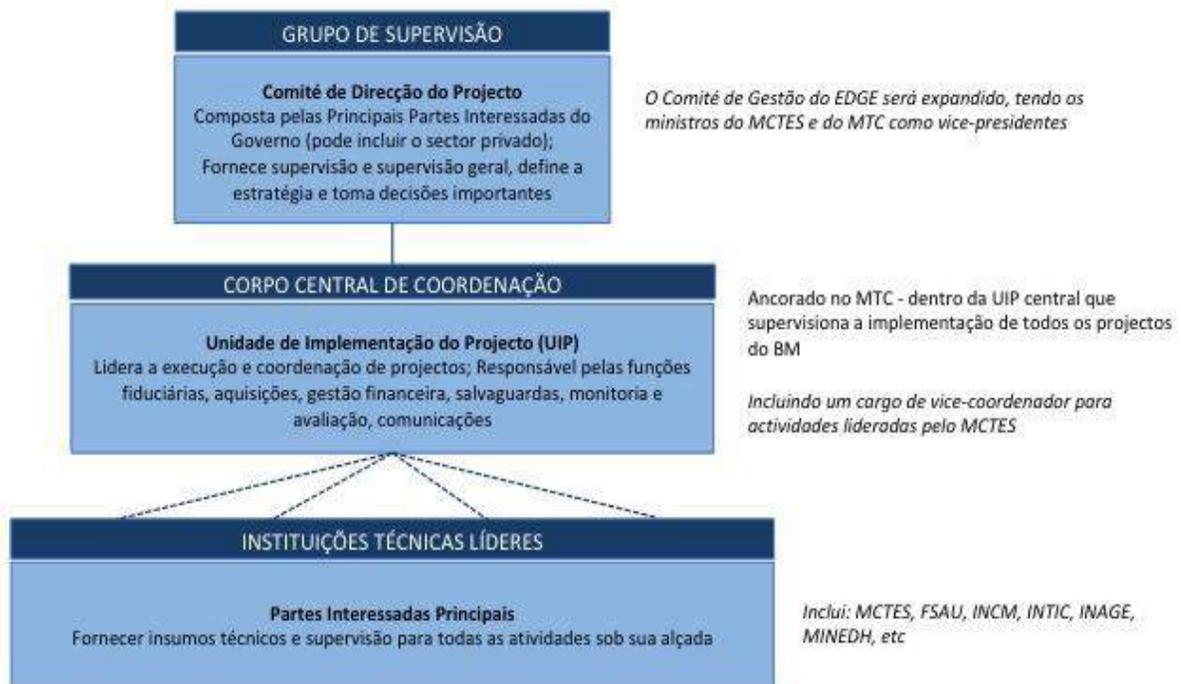


Figura 2: Arranjos Institucionais do Projecto

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI é da equipa de salvaguardas ambientais e sociais da UIP ancorada no MTC. O especialista social deverá manter uma base de dados das PIAs actualizada ao longo do ciclo de vida do projecto. Os especialistas das salvaguardas ambiental e social das Unidades Técnicas (UT) juntamente com os consultores (contratados no âmbito da realização do processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social e consultores de assistência técnica) deverão implementar o PEPI em coordenação com a equipa de salvaguardas ambientais e sociais central e um relatório numa base mensal será preparado e submetido a UIP Central.

Os especialistas ambientais e sociais terão as seguintes responsabilidades:

- Garantir a implementação e monitorar de todas as estratégias e/ou planos para o engajamento das partes interessadas e afectadas no âmbito do Projecto incluindo para todos os processos de AIAS dos subprojectos;
- Garantir que o processo de identificação das PIAs no âmbito do Projecto seja contínuo;
- Identificar continuamente riscos e oportunidades no âmbito do Projecto e de forma activa interagir com o coordenador da UIP no sentido de garantir planeamento necessário para mitigar riscos e/ou maximização das oportunidades;
- Supervisionar todas as actividades relacionadas ao engajamento das PIAs afectadas no âmbito do Projecto;
- Garantir que a partir da coordenação das salvaguardas sociais e ambientais, e estabelecer contacto efectivo com os técnicos das UT no sentido de garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efectivamente compreendidos;
- Assegurar que os grupos vulneráveis são engajadas e as suas opiniões e sugestões levadas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos.
- Garantir que a coordenação das salvaguardas ambientais e sociais efectivamente coordenem e implementem as actividades que exijam interacção intensiva com as PIAs (como por exemplo actividades

de carácter sensível relacionadas com o engajamento em redor a questões como expropriação e aquisição de terras, compensações, violência de género na implementação de subprojectos, entre outras);

- Coordenar a implementação e gestão do MGQR;
- Desenvolver e conduzir pesquisas de *feedback* de beneficiários para os subprojectos caso se faça necessário.

Os pontos focais de salvaguardas ambientais e sociais das unidades técnicas serão responsáveis pelas seguintes actividades:

- Implementar o PEPI das actividades sob sua jurisdição e reportar as actividades à equipe de salvaguardas ambiental e social numa base mensal;
- De forma continuada, identificar novas categorias de PIAs e manter a base de dados actualizada;
- Garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efectivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de processos de AIA);
- Implementar o MGQR em coordenação com os consultores contratados para o efeito.

6.2. Capacidade Institucional e Recursos Humanos

O MTC tem experiência anterior com projectos digitais e de transporte financiados pelo BM – notavelmente o MEGCIP e o ProEnergia+, embora nunca tenham tido uma UIP completa a trabalhar em aspectos digitais incorporados ao Ministério. Os principais interessados no MTC, MCTESTP, INCM e INTIC estão todos familiarizados com projectos do BM com modelos de implementação híbridos ou interministeriais, incluindo MEGCIP. O Coordenador da componente do MTC no Projecto ProEnergia+ será incluído na UIP para garantir a coordenação e melhor aproveitamento das sinergias. Para reforçar a área de salvaguardas ambientais e sociais serão recrutados um 1 especialista ambiental e um especialista social para serem integrados na UIP

O Banco não tem qualquer envolvimento prévio com a MTC no âmbito do novo QAS. Assim, será necessário apoio técnico para fornecer capacitação e formação para implementar e monitorar questões de gestão ambiental e social e desenvolver capacidade e conhecimento técnico em nível provincial e local, que será fortalecido com novos funcionários ambientais e sociais. O recipiente (o governo) garantirá que a UIP recrute e mantenha pelo menos um especialista Ambiental e e um especialista Social para apoiar a gestão de riscos ambientais e sociais durante todo o ciclo de vida do projecto.

Na fase de execução das actividades, a UIP deve garantir a realização de monitorias e verificação do cumprimento PEPI assim como elaborar relatórios de Progresso a serem submetidos às UIPs centrais e ao Banco Mundial.

Os técnicos de Salvaguardas das UTs responsáveis poderão ser apoiados por Oficiais de Ligações com as Comunidades/especialistas de salvaguardas ambientais e sociais das contratadas para a execução dos subprojectos, responsáveis por acompanhar todas as actividades de reassentamento (caso aplicável), compensações, reuniões de engajamento com as comunidades nas áreas de intervenções. As UTs terão a responsabilidade primária de implementação do Mecanismo de Queixas, sendo igualmente responsáveis pela disseminação deste mecanismo nas comunidades.

6.3. Recursos Financeiros

Para a implementação efectiva do PEPI serão disponibilizados recursos financeiros suficientes durante os 5 anos do projecto. O orçamento para a implementação do PEPI é de US\$.437 800 (Tabela 5), que virá da Componente 3-Project Management, Institutional Coordination and Citizen Engagement.

O orçamento tem duas componentes, uma com os custos gerais de actividades de engajamentos das PIAs durante a preparação dos instrumentos de gestão ambiental e ao longo do ciclo de implementação do projecto. A 2ª parte tem a ver com os custos operacionais, despesas que deverão ser incorridas.

Tabela 5: Orçamento Proposto para implementação do PEPI

	Actividade	Quantidade	unidade	Custo Unitário USD	Custo estimado USD
Custos Gerais	Consultas publicas durante a elaboração de instrumentos A&S dos subprojectos	56	reuniões	2 500.00	140 000,
	Operação de Linha direta gratuita para disseminação de informações e recepção de reclamações e divulgação de informação	60	meses	200.00	12 000,00
	Manutenção da informação nos websites do MTC	60	meses	300.00	18 000, 00
	Anúncios/comunicados nos Jornais	40	anúncios	500.00	20 000,00
	Anúncios/comunicados rádios locais	50	anúncios	100.00	5 000,00
	Folhetos informativos do projecto	10	Pacotes/unidades	1 500.00	15 000,00
	Verificação (internas e externas) de implementação do PEPI e do MGQR.	5	Verificações/auditorias	10 000.00	50 000,0
	Workshops/formações de divulgação de instrumentos A&S	30	un	1 500.00	15 0000
	Aluguel de salas e locais para formação/reuniões	30	un	1 000.00	30 000
	Reuniões anuais com as PIAs	5	reuniões	2 500.00	12 500.00
SUBTOTAL					317 500.00
	Custos Operacionais- PEPI				
Central	Aquisição de equipamentos (cameras, telefones, computadores.)	2	Orçamento	10 000,00	20 0000,00
	Viagens -acomodação hotel	50	Noites	200,00	10 0000,00
	Veículo/ transporte/combustível	48	Meses	1 000,00	48 000,00
	Bilhetes de voos	30	Ida e volta	500,00	15 000,00
Subtotal					93 000,00
TOTAL					410 000,00
CONTIGENCIAS (10%)					20 525 .00
GRAND TOTAL					430 525.00

7. MECANISMOS DE GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

O MGQR é um instrumento usado para resolver as queixas e reclamações levantadas pelas PIAs durante o período de implementação do Projeto. Este, estabelece o processo a ser seguido na apresentação e resolução de queixas e reclamações apresentadas, incluindo o papel de diferentes intervenientes envolvidos e prazos para o alcance de uma decisão sobre a reclamação/queixa apresentada. Dentre os tipos de queixas e reclamações que podem as PIAs apresentar incluem:

- Impactos negativos dos subprojectos nas comunidades – como perdas financeiras, danos físicos e incômodo de construção e/ou das actividades operacionais do projecto;
- Riscos de saúde e segurança -circulação perigosa de veículos de obras; emissão de fumos e poeiras da maquinaria e veículos de obras; interferência com caminhos de circulação usados pelas comunidades;
- Impactos negativos sobre o meio ambiente em redor- gestão de reíduos, contaminação da água, exacerbação da erosão dos solos, destruição de habitats, etc.
- Comportamento inaceitável por parte da equipa ou funcionários da empreitada, incluindo: desrespeito as normas culturais locais; violência baseada em gênero, incluindo exploração e abuso sexual, e assédio sexual.

MGQR no âmbito do engajamento das PIAs tem como fim promover o engajamento das PIAs através da consciencialização da existência de formas de apresentação de queixas e reclamações resultantes da implementação do Projecto ao proporcionar às PIAs o acesso a um mecanismo justo e transparente para apresentar suas inquietações, fazer uma queixa ou reclamação e obter uma solução sem custos ou medo de represálias.

O MGQR deve ser implantado antes do início do Projecto e divulgado amplamente as PIAs. O nível do engajamento das PIAs será também medido pela abertura na gestão de queixas e reclamações que surgem ao longo do ciclo de vida do projecto.

Os intervenientes na implementação do PEPI, nomeadamente líderes comunitários, especialistas das salvaguardas ambiental e social, UT e outros intervenientes que possam especificamente ser nomeados a nível da implementação dos subprojectos, desempenham um papel fundamental no engajamento das PIAs e resolução de queixas e reclamações.

Deverão ser estabelecidos fóruns de resolução de queixas em três níveis, nomeadamente: (i) Nível da unidade técnica responsável pela implementação de actividades/subcomponentes específicos do Projecto; (ii) Nível da Unidade de Implementação de Projectos Central; (iii) nível de Comité de Gestão do Projecto. As principais actividades do fórum de intervenientes na gestão do MGQR (i) deliberar sobre questões complexas e reclamações das partes interessadas que forem apresentadas ao longo do ciclo do Projecto, e (ii) encontrar colectivamente soluções adequadas, procurar resultados construtivos e, quando pertinente, formular respostas em nome do Projecto para serem comunicadas às partes interessadas apropriadas. O MGQR do Projecto deverá ser periodicamente revisto, modificado e adaptado ao contexto dos subprojectos ou actividades específicas..

7.1. Processo de Queixas e Reclamações

O MGQR foi preparado para funcionar dentro das estruturas legais e culturais existentes, proporcionando uma oportunidade adicional para resolver queixas no nível local do projecto. Os principais objetivos do MGQR são:

- Registrar, categorizar e priorizar o tratamento das queixas e reclamações;
- Resolver as queixas e reclamações das PIAs de forma celere sem ter que recorrer sempre ao tribunal e,
- Caso não sejam alcançadas soluções (satisfatórias) em determinado nível, encaminhar à autoridade competente no nível a seguir.

O MGQR, dentro dos quadros legais e culturais existentes, irá abarcar três níveis de resolução de queixas e reclamações, nomeadamente nível da comunidade ou público, ao nível do projecto e ao nível do sistema judiciário moçambicano. Os detalhes de cada um desses componentes são descritos a seguir.

7.1.1 Gestão de queixas e reclamações a nível comunitário

Ao nível das comunidades locais existem mecanismos tradicionais e culturais de resolução de problemas e queixas através das estruturas familiares e lideranças comunitárias e/ou tradicionais¹³. Espera-se que algumas das disputas que surgirem ao nível local possam ser resolvidas usando estes mecanismos, sem o envolvimento directo do proponente, contratante/empreiteiro ou representantes do Governo a nível local e nacional. Contudo, questões desencadeadas indiretamente pelo Projecto como por exemplo níveis maiores de disputas de terras envolvendo áreas para implementação do projecto deverão ter o envolvimento oficial das autoridades locais e o(s) proprietário(s) da terra em questão.

Quando os problemas causados pelo projecto são levantados e resolvidos por meio dos mecanismos comunitários de resolução existentes, a estrutura de governo local deverá reportar ao projecto para efeitos de registo e tomada de conhecimento. Portanto, no Projecto ficam registados todas as queixas e reclamações incluindo os resultados do processo de resolução e, as pessoas que intervieram. Espera-se que quaisquer questões de disputas ao este nível possam ser solucionadas devidamente. Doutro modo, são transferidas para o nível a seguir.

7.1.2. Gestão de queixas e reclamações a nível de Projecto

Deve ser estabelecido ao nível da área de implementação dos subprojectos, um comité de gestão do MGQR constituído pelos especialistas em salvaguardas ambientais e sociais ou pelos seus pontos focais nas UTs nos níveis nacional, provincial ou distrital. Este comité estabelecido deve ser autorizado e possuir autonomia para lidar com reclamações no nível local e garantir que as mesmas sejam resolvidas de forma rápida e transparente. Contudo, caso as queixas e reclamações não alcancem solução ou os queixosos não se encontrem satisfeitos com a solução dada a este nível podem recorrer a um nível superior para apresentação da sua reclamação.

O MGQR no projecto incluirá as seguintes etapas:

- i. **Etapas 1:** Reclamação recebida e registada pela unidade de implementação do subprojecto / unidade técnica/contratada/Ponto Focal das reclamações. A reclamação pode ser feita chegar ao Projecto por meio de qualquer um dos seguintes modos e, se necessário, de forma anónima ou por meio de terceiros.
 - Por telefone em (ligação gratuita a ser estabelecida), sms e WhatsApp - A equipe de salvaguardas ambientais e sociais da UIP ficará responsável por esta linha / secretária eletrónica.
 - Por e-mail para (endereço de e-mail a ser criado e ativado) - A equipe de salvaguarda A&S da UIP deve se responsabilizar por este e-mail.
 - Por carta à UIP do projecto ou agência/UT de implementação do subprojecto. O endereço deve ser fornecido assim que a UIP for consolidada.
 - Por carta a empresas / consultores contratados envolvidos na implementação de subprojectos
 - Por formulário de reclamação / livro / caixa de sugestões - encontrado em instituições públicas ligadas ao projecto.
 - Walk-ins e registar uma reclamação no livro de registo de reclamações no departamento / agência específica onde as actividades do projecto estão em curso, áreas de obras/acampamentos
 - Registrar a reclamação em um website do MTC
 - as partes interessadas podem aceder o serviço corporativo de reparação de reclamações do Banco (<http://www.worldbank.org/GRS>; e-mail: grievances@worldbank.org) para apresentar de preocupações e reclamações decorrentes do projecto.
 - Outro canal que for mais fácil para fazer chegar a queixa ao Projecto.

Assim que uma reclamação for recebida, ela deve ser registada no livro de registo de reclamações ou na base de dados de reclamações.

- ii. **Etapas 2:** Acusar o recebimento da reclamação, avaliar sua complexidade, categorizar em comunitária, laboral e VBG/AS/EAS e encaminhar a pessoa ou o fórum responsável por tratar aquele tipo/categoria de reclamação. Caso a reclamação não se enquadra no projecto ou não haja como resolvê-la, o reclamante deverá ser notificado e explicado o porque da não procedência da sua reclamação.
- iii. **etapas 3:** Desenvolver e propor uma resolução e obter aprovação ao nível do subprojecto (comités de gestão de reclamações – CGR - devem ser estabelecidos nesses níveis).

¹³ Poderão a este nível estarem inseridos como por exemplo questões ligadas a conflitos de terra, violação de práticas culturais locais por parte de trabalhadores, entre outros.

- iv. **Passo 4:** Comunique a proposta da solução ao reclamante e busque um acordo sobre a resposta.
- v. **Etapa 5:** Implementar a resposta para resolver a reclamação com base no acordo alcançado na etapa anterior.
- vi. **Etapa 6:** Rever a solução, caso não tido sucesso de acordo com as recomendações
- vii. **Etapa 7:** encerrar a queixa se tudo estiver acordado ou encaminhe a reclamação para o próximo nível caso não haja acordo.

Uma vez que todas as possíveis reparações tenham sido propostas, se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deverá ser informado do seu direito ao recurso legal. O diagrama a seguir resume o processo de MGQR e os níveis de recorrência que o queixoso tem direito.

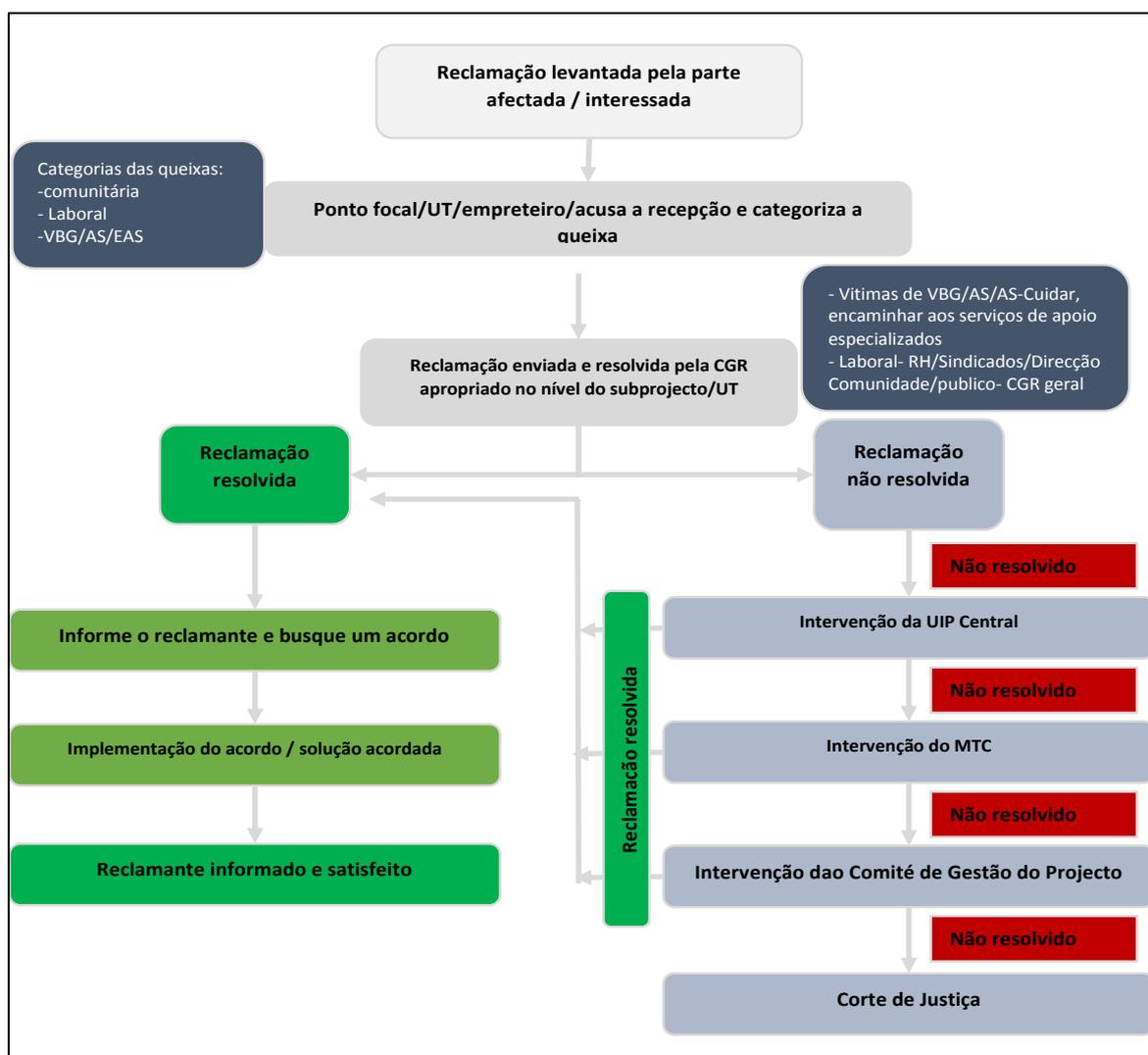


Figura 3: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações

Prazos:

A reclamação deve ser registada e categorizada na base de dados de reclamações da UIP, como primeira acção imediatamente logo após a notificação (se o sistema online estiver em funcionamento), ou dentro de 2 dias (se por outro meio de captação) após a reclamação ter sido levantada. O subprojecto responsável pela reclamação deverá se esforçar para apresentar uma solução de 5 dias. Caso contrário, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- i. O primeiro nível de recurso - intervenção da UIP Central não deve exceder 10 dias após a notificação.
- ii. A segunda instância de recurso - intervenção do MTC não deve exceder 15 dias após a notificação.

- iii. O terceiro nível de recurso – Comité de Gestão do Projecto - não deve exceder 21 dias após a notificação.
- iv. Além disso, caso uma das partes esteja insatisfeita, a parte afetada pode levar a reclamação a tribunal, onde será tratada de acordo com a lei moçambicana.

A UIP irá garantir que seja criado e mantido um "Registo de Reclamações" centralizado durante todo o ciclo de vida do projecto. Os registos da reclamação devem conter: i) os detalhes de contacto do reclamante e informações sobre a reclamação em si, ii) os resultados das investigações e respostas fornecidas, iii) acções de acompanhamento necessárias e comunicações internas feitas em resposta às reclamações e o resultado.

7.1.3. Gestão de queixas a nível judicial

No processo de gestão de queixas e reclamações, os queixosos e /ou reclamantes, podem aceder o nível judicial para apresentação e alcance de soluções das suas inquietações. A qualquer momento, o queixoso e/ou reclamante pode levar as questões as autoridades legais ou judiciais competentes, de acordo com o quadro legal da República de Moçambique.

7.1.4. Queixas relacionadas à violência baseada no género (VBG)

Procedimentos específicos para lidar com queixas relacionadas a situações de VBG/EAS/AS serão estabelecidas no QGAS com disposições de confidencialidade, bem como documentação segura e ética, tais como:

- Estabelecimento de um mecanismo específico, potencialmente administrado por um Provedor de Serviços especializado com *feedback* para o MGQR do projecto; trabalhadores específicos do projecto devem ser treinados sobre como documentar casos de VBG/AS/AES de maneira confidencial;
- O projecto deverá disponibilizar múltiplos canais de reclamação;
- Nenhuma informação identificável sobre o sobrevivente deve ser armazenada no livro de registo ou base de dados do MGQR.
- Nenhuma informação identificável sobre as vítimas deve ser armazenada no livro de registo ou base de dados do MGQR.
- O MGQR deve ajudar as vítimas de VBG/AS/EAS, referindo-os ao (s) Provedor (es) de Serviços especializados para apoio imediato após receber uma reclamação.
- A UIP deverá imediatamente notificar o Banco Mundial de quaisquer reclamações de VBG/AS/EAS com o consentimento do sobrevivente.

7.1.5. Queixas relacionadas às relações Laborais

Haverá procedimentos específicos em vigor para lidar com queixas trabalhistas em conformidade com a NAS 2 e a legislação nacional a ser detalhada no Procedimento de Gestão Laboral que é parte do QGAS deste Projecto. Este MGQR laborais terá mecanismos bem claros sobre a necessidade de notificar imediatamente o Banco Mundial em caso de reclamações ou queixas.

8. MONITORIA E RELATÓRIOS

Os especialistas ambientais e sociais da UIP serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e será realizado trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoria do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo deve estar alinhado com os objetivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o engajamento das PIAS no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de engajamento das PIAs definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIAs tendo em conta os padrões previstos na NAS10 e na legislação moçambicana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIAs afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efectividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e engajamento das PIAs.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de engajamentos.

- Monitorar a conformidade dos mecanismos de engajamento com padrões culturais e sociais das PIAs.

O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 6, que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

Tabela 6: Indicadores de monitoria

Actividade	Indicador preferencial	Grau de realização em relação ao planificado		
		Aceitável	Bom	Muito bom
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90% >
Encontros de EIA/EAS/PGAs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Participação de grupos/individuos vulneráveis	15%	25%	40%
Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 1	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 2	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 3	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas tramitadas para tribunal	10-20% do planificado	<10%	0%

8.1. Envolvimento das Partes Interessadas em Actividades de Monitoria

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MGQR, serão preparados e os principais indicadores monitorados pela equipe de salvaguardas sociais e ambientais da UIP central. As reuniões anuais serão realizadas pela UIP incluindo as unidades técnicas e agencias de implementação das actividades específicas do Projecto e os representantes das PIAs para discutir, e avaliar o nível de execução dos principais indicadores do PEPI com base nas experiências tidas no terreno. As PIAs terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de engajamento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de engajamento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias.

A monitoria e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIAs é bastante importante para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do engajamento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o engajamento efectivo das PIAs;
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com PIAs;
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o engajamento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS;
- Retorno das PIAs em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a UIP irá contratar uma entidade externa para avaliar a implementação e verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Implementação do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoria serão compartilhados.

8.2. Divulgação às Partes Interessadas

O PEPI será periodicamente revisto e actualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

A seguir estão os requisitos de retorno às PIAS para este PEPI:

- i. Relatórios Trimestrais - A UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e isso incluirá:
 - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente;
 - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos;
 - Registo e resolução de reclamações- referentes ao período e as soluções adoptadas para resolve-las;
 - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI;
 - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto;
- ii. Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas - A UIP compilará um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de engajamento com as PIAs, ponto de situação de resolução de queixas e reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- iii. Reportar às Comunidades - Será responsabilidade da UIP reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
 - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto;
 - Principais conclusões do monitoria anual do PEPI.
 - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los no website do MTC e enviar cópias dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, Distritos, comité consultivo locais, etc.).
 - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público relevantes.
 - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os média social pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MGQR constitui um mecanismo que irá permitir as PIAs, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactos do projecto e dos programas de mitigação definidos

9. ANEXOS

ANEXO I – ACTA DA REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

PROJECTO DE ACELERAÇÃO DIGITAL EM MOÇAMBIQUE

Objectivos da consulta pública:

- Apresentação da proposta de projecto e os resultados esperados
- Apresentação e discussão dos instrumentos de gestão ambiental e social

- **Infraestrutura Utilizada**

Data de Realização: 05/04/2022

Local: Auditório do Edifício Sede do INCM

Horário: 09h00 – 12h30

Registo fotográfico da Reunião:



Sobre o Conteúdo

Tema Proposto/ Justificativa: Consulta Pública para apresentação dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto de Aceleração Digital de Moçambique nomeadamente: Quadro de Gestão Ambiental e Social, Quadro de Política de Reassentamento, Plano de Engajamento das Partes Interessadas e Afetadas, Mecanismo de Reclamações e outros.

Sobre os Participantes

Quantidade estimada: 32, sendo 26 presencialmente e 6 virtualmente

Sessões Realizadas: 1 encontro

Instituições presentes no encontro:

- Ministério dos Transportes e Comunicações
- Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional,
- Direcção Nacional de Comunicações (DNC)
- Instituto Nacional de Comunicação de Moçambique
- Operadores privados de telefonia e internet (T-mcel, Vodacom,
- Instituto de Pequenas e Médias Empresas -IPEME;
- Instituto Nacional de Governo Electrónico;
- CIVEM, INTIC,
- outros

Sobre o Encontro

Principais Tópicos Discutidos

Ocorreu no dia 05 de Abril de 2022 das 09h às 12h30, um encontro nas instalações do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique para falar acerca da Consulta Pública e Preparação do Projecto da Aceleração Digital em Moçambique.

O Administrador do INCM, Dr. Constâncio Trigo, deu as boas vindas aos convidados e fez uma breve introdução de que se trata o projecto. Acerca do Projecto: Aceleração Digital em Moçambique, é um projecto que será financiado pelo Banco Mundial, com uma estimativa de 200milhões de dólares norte-americanos e uma durabilidade de 5 anos.

Este projecto tem como finalidade a transformação digital em Moçambique e será directamente coordenado pelos Ministérios de Transporte e Comunicações e Ministério de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional.

De seguida o Dr. Horácio Parquino, Director nacional de Comunicação fez os agradecimentos as entidades envolvidas e todos os participantes presentes. Informou que o Projecto MDAP está integrado com outros projectos nomeadamente Liga Moz – Projecto de Energia Sustentável e Governo Electrónico. Estes três projectos são integrados por isso foram trazidas ao encontro as várias partes interessadas. Grande parte das populações não tem esse acesso, no entanto sentimos este défice com a vinda da pandemia, pois foi notável a baixa cobertura digital nas zonas rurais do país. Com isto, gostávamos de expandir os serviços de internet.

Para que o projecto tenha o sucesso desejado, começamos por preparar ouvindo as contribuições dos que estão de fora, como os parceiros e a sociedade civil de modo a acrescentar e ajustar as informações de acordo com as necessidades.

Dr. Kénédy Silvério – Ponto focal do projecto junto a Direcção Nacional de Comunicações; falou sobre os Problemas que se pretende resolver com este projecto: Baixa penetração de serviços de banda larga; Reaproveitamento das infraestruturas existentes; Acesso aos serviços de banda larga, e por via disso consigamos fazer com que tenham acesso a equipamentos *smart* tendo em conta o baixo poder de compra; Criação de linhas de financiamento para literacia digital; Infraestruturas e segurança fracas de serviços digitais; Não existindo uma lei que regula a segurança e protecção de dados e nem existindo uma entidade que se ocupa disso, este projecto vem para apoiar nesses aspectos; Os níveis fragmentados e baixos de adopção e transformação de tecnologia digital nos sectores económicos e sociais do país.

De seguida foram apresentados o objectivo principal e componentes do novo projecto bem como a descrição detalhada de cada componente, e a relação deste projecto com os outros projectos em implementação.

Finalizou a sua apresentação falando dos arranjos institucionais, que consistem em : **Grupo de Supervisão**- O comité de gestão do projecto EDGE será expandido, tendo os ministros do MCTES e MTC como vice-presidentes para matérias de sua alçada; **Conselho Central de Coordenação** - Ancorado no MTC – dentro da UIP Central que supervisionará todos projectos do Banco Mundial; **Instituições Técnicas Líderes**- que incluem MCTES, MTC, FSAU, INCM, INTIC, INAGE, MINEDH, etc.

Finalizou falando dos resultados esperados do projecto: (i) Ampliação a disponibilidade de banda larga para indivíduos e governo, (ii) Aumento da inclusão digital, e (iii) Aceleração da transformação digital.

De seguida o consultor para os instrumentos de gestão ambiental e social, apresentou os instrumentos, tendo falado detalhadamente sobre:

1. A relevância das 10 Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial para o projecto,
2. Legislação Nacional sobre as salvaguardas ambientais e sociais,
3. Quadro de Gestão Ambiental e Social.
4. Quadro de Política de Reassentamento,
5. Plano de Engajamento das Partes Interessadas,
6. Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações,

Explicou o porque de cada um dos instrumentos, os principais riscos ambientais e sociais que cada instrumento identificou e as respectivas medidas de mitigação, bem como possíveis instrumentos específicos de gestão dos riscos na fase de implementação. Acrescentou que as razões de apresentação do QGAS e QPR são:

- Os locais dos subprojectos ainda não estão claramente identificados nesta fase,
- Há necessidade de ter as ferramentas apropriadas para ajudar ao MTC - UIP do projecto a fazer a triagem das actividades propostas no que tange a possíveis riscos ambientais e sociais e fornecer diretrizes para a implementação de medidas para evitar, eliminar, mitigar ou compensa-los.
- Condição necessária para o início do desembolso dos valores do projecto pelo Banco Mundial

Acrescentou que o Projecto é considerado como tendo risco social Moderado, e risco ambiental substancial de acordo com a Norma Ambiental e Social do Banco Mundial.

No que tange ao PEPI (Plano de Engajamento das Pessoas Interessadas) foram apresentados os objectivos e as partes interessadas e afectadas identificadas para este Projecto e as respectivas estratégias de Consulta, divulgação e engajamento aos grupos vulneráveis.

De seguida foi apresentado o Mecanismos de queixas e reclamações, onde foram apresentados os canais de apresentação de queixas :

- Por telefone em (ligação gratuita a ser estabelecida), SMS e WhatsApp - A equipe de salvaguardas ambientais e sociais da UIP ficará responsável por esta linha / secretária eletrônica.
- Por e-mail para (endereço de e-mail a ser criado e ativado) - A equipe de salvaguarda A&S da UIP deve se responsabilizar por este e-mail.
- Por carta à UIP do projecto ou agência/UT de implementação do subprojecto. O endereço deve ser fornecido assim que a UIP for consolidada.

- Por carta a empresas / consultores contratados envolvidos na implementação de subprojectos
- Por formulário de reclamação / livro / caixa de sugestões - encontrado em instituições públicas ligadas ao projecto.
- Walk-ins e registar uma reclamação no livro de registo de reclamações no departamento / agência específica onde o serviço é prestado
- Registar a reclamação em um website do MTC
- as partes interessadas podem aceder o serviço corporativo de reparação de reclamações do Banco (<http://www.worldbank.org/GRS>; e-mail: grievances@worldbank.org) para apresentar de preocupações e reclamações decorrentes do projecto.
- Outro canal que for mais fácil para fazer chegar a queixa ao Projecto.

E as hierarquias de resolução de queixas (níveis para recorrer antes de apresentar a queixa nos tribunais.

Nome do Participante	Pergunta/Comentário
<p>1. Yunis Esmail – TMCel</p>	<p>Inquestionável a importância do Projecto, porém surgem as algumas questões como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para se chegar ao valor do 200 milhões de dólares, houve um pré-estudo? Como será distribuído esse valor? R: Foi feito um estudo de viabilidade inicial, tanto que no início o projecto custava 150 milhões de dólares norte-americanos, mas depois da necessidade de salvaguardar a segurança cibernética, houve um reajuste para 200 milhões de dólares norte-americanos. • Está em curso algum estudo? R: Sim, está a ser feito um estudo de viabilidade, para se verificar quais são as áreas primárias a implementação do projecto. • Quais são as tecnologias que estão a ser consideradas? Qual é a definição de Banda Larga neste momento visto que a primeira foi definida em 2000. R: No início foi definido 1MB por segundo, neste momento vai se reestruturar para o alinhamento. • Quais são as zonas que serão implementadas o projecto? R: Depois do estudo de viabilidade vai se definir quais são as zonas prioritárias. E as que não forem implementadas tem alguma previsão?

- Depois de 5 anos de implementação do projecto, quem dará continuidade as actividades do começadas/implantadas pelo Projecto?

R: As instituições do Estado é que são donas do Projecto e tem o papela de se apropriar do projecto. Até porque estes projectos são planos já existetentes do Estado, sendo que o Banco apareceu com vontade de financiar, por isso tornou-se um projecto.

- Será possível fazer sinergias com as operadoras de redes móveis existentes?

R: Há muita possibilidade. Por exemplo, O FUNAE que regula todas actividades de energia onde a EDM não provê, tem de ter a garantia que as telefonias móveis estão disponíveis nas localidades para que as ligações do acesso aos serviços de telecomunicações sejam ligados em simultâneo.

- Elogiou o detalhe da apresentação sobre os instrumentos ambientais e sociais e disse que era um guião que quando for seguido o projecto não terá grandes problemas.

2. José Tembe – IPEME

Seria possível focar também nas pequenas e médias empresas, a fim de as poder formar na aptidão de ter capacitações virtuais, dada as circunstâncias causadas pela pandemia COVID-19, houve uma necessidade de readaptação. Ainda dentro das oportunidades para as pequenas e médias empresas, seria possível considerá-las como provedoras de serviços para a implementação do projecto?

R. Algumas empresas beneficiárias deste projecto são PMEs que estão nas incubadoras de TICs, e serão parte do projecto.

Análise sobre o Encontro

O encontro atendeu ao seu propósito?

(X) Sim

() Não. Porquê?

Há necessidade de retomar o tema?

(X) Não

() Sim. Porquê?

Análise Crítica e Considerações a serem feitas:

A reunião atingiu os objectivos, e os instrumentos foram satisfatórios.

No fim da reunião foi acordado que seria partilhado do documento com todos os presentes,

Estima-se que que entre Julho á Agosto do corrente ano vai se ter a aprovação do projecto,

Implementação do projecto será por via dos Ministério e coordenados pelos mesmos.

LISTA DE PRESENÇAS



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJECTO DE ACELERAÇÃO DIGITAL DE MOÇAMBIQUE

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Data: 5/30/2022

Local: Leheto

	Nome	Instituição	Cont. Telef.
1	Estelinda Daniel	ACTES	240966797
2	SERGIO MAFANGAHE	INAGE	848880888
3	MATEUS MOIANE	VODACOM	849902860
4	LIFE PILILAS	TMCEL	823244724
5	CONSTANÇO IRIGO	INCM	84603993
6	HONRATO BARBOSA	MTC	847167786
7	MASSINENE APALA	INCM	823337056
8	IABALO DE MARTINS	CIVEM	843760390
9	BEAQUINA BAZUQUE	MIC	845761715

mmoiane@vni.mz
pililas@vni.mz

Plano de Engajamento das Partes Interessadas – Projecto de Aceleração Digital de Moçambique

10.	FELICIO GULUWALU	INTIC	847609227
11.	Kalina Gomes Langa	INTIC	824869110
12.	José Zandela	INTIC	848072338
13.	Aldo Kunguza	AMPETIC	840294581
14.	Benjamin Kerchan	MTC	82777124
15.	Duarte Retiata	MTC	825395295
16.	Mendes Alfredo	BM	841125025
17.	António Wale	BM	845784372
18.	LOURINO CHEMANE	INTIC	823110700
19.	JOSÉ RIBEIRO	AMPETIC	827129050
20.	SUNUS EMAIL	Tmcel	822100060
21.	Hermínia Tchola	Genesis	825669380
22.	Castro dos Judas	Cominter	844887035
23.	Kenedy C. Silveiro	MTC - PF	843038136
24.	Hermínia Hele	MTC - DYC	844481613
25.	Relia Celeste Tamele Mucari	MTC - DYC	847045262
26.	Márcia Nhacota	MTC - DYC	848986976
27.			
28.			

aldokunguza@ampetic.mz
 benjaminkerchan@yah
 duarte_retiata@gnai
 antonio.wale@banc
 moz.mz

ANEXO II- FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Projecto de Aceleração Digital de Moçambique

Subprojecto/Actividade _____

REGISTO DE DIÁLOGO E RECLAMAÇÕES

FORMULÁRIO	
Nome:	
Nº de Telefone:	Género: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
Outro meio de contacto:	Idade:
Comunidade:	Posto Administrativo:
Distrito:	Província:
Data de recepção: ____/____/____	
Resumo do Conteúdo:	

Projecto/Actividade _____

Nome _____ contacto _____

Data __/__/__

Assinatura Reclamante

Assinatura do Receptor e data

